

DIMAR MONTEIRO SANCA



ENTRE OS
**MANUSCRITOS
ECONÔMICO-FILOSÓFICOS**
E
O CAMINHO DA SERVIDÃO

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE PROPRIEDADE PRIVADA,
LIBERDADE INDIVIDUAL E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO
SOCIAL EM **KARL MARX** E **FRIEDRICH HAYEK**

DA ALIENAÇÃO
À EMANCIPAÇÃO
HUMANA

DA LIBERDADE
INDIVIDUAL À ORDEM
ESPONTÂNEA



POEMA ADAPTADO DE: “PRETO AO HOMEM”

Dimar Monteiro Sanca e Simone Helen Drumond Ischkanian, (2026)

Preto é cor
Que não encobre a dor
Mas a revela
Como palavra que se rebela
Contra o silêncio das
estruturas
E as promessas inseguras.

Preto é travessia
Não somente caravela
É memória que desafia
O discurso que tutela.
Da senzala à periferia
Da fábrica à cidadela
Existe um homem que
trabalha
E outro que interpreta a
janela.

Preto é trabalho
Que produz sem possuir
É o corpo no atalho
Entre viver e construir.
Pergunta ao mundo:
quem cria o valor?
Quem acumula o lucro?
Quem herda o esplendor?

Preto é pergunta
Que Marx ouviu na história:
como pode o homem
produzir riqueza
e permanecer sem glória?
Nos manuscritos escreveu
que o homem se afasta de si
quando vende o próprio
tempo
para não deixar de existir.

Preto é estranhamento
É ver a própria vida
transformada em instrumento
e a liberdade reduzida.
É o valor sobre o rosto
o preço sobre o gesto

o mercado definindo
quem merece o resto.

Mas do outro lado da ponte
surge outra inquietação:
se toda ordem for
centralizada
quem guardará a decisão?

Hayek responde:
liberdade não se decreta,
nem nasce do controle
absoluto
nem da vontade completa.
Quando o poder se concentra
e escolhe o caminho do
homem,
o futuro perde o nome
e a autonomia se consome.

Preto então escuta
duas vozes em tensão:
uma denuncia a exploração
outra protege a decisão.

Entre igualdade e escolha
há perguntas sem repouso.
Entre propriedade e justiça
há um debate poderoso.

Preto é razão
De quem nunca teve acesso
Mas transformou exclusão
Em linguagem e processo.

Preto é Amazônia
É floresta e permanência
É saber ancestral
Dialogando com ciência.

Preto é Exu
Movimento e travessia
É caminho que se abre
Contra toda tirania.

Preto é liberdade
Mas não apenas individual;
É também reconhecimento
De existir como igual.

Preto conhece extremos:
o excesso e a privação,
a mão que produz riqueza
e a que regula a direção.

Olhares e cores
Vidas e dores
Não cabem em sistemas
perfeitos
Nem em discursos
satisfeitos.

Entre valor e preço
Entre mercado e memória
Existe uma humanidade
Que ainda escreve sua
história.

E talvez o futuro
não esteja em escolher um
lado,
mas em perguntar
continuamente
quem foi incluído,
quem ficou calado.

Preto é homem.
Preto é mundo.
Preto é consciência.

Entre emancipação e
liberdade,
continua procurando a chave
para abrir o que ainda
permanece
fechado na condição
humana.



ENTRE OS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS E O CAMINHO DA SERVIDÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE PROPRIEDADE PRIVADA, LIBERDADE INDIVIDUAL E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM KARL MARX E FRIEDRICH HAYEK.

Dimar Monteiro Sanca

O presente estudo analisa criticamente as concepções de propriedade privada, liberdade individual e modelos de organização social desenvolvidas por Karl Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, e por Friedrich Hayek, em *O Caminho da Servidão*, estabelecendo um diálogo entre perspectivas teóricas distintas acerca da constituição da sociedade moderna e das formas de organização econômica e política. Parte-se da compreensão de que as transformações decorrentes da modernidade e da consolidação do sistema capitalista produziram alterações profundas nas relações de trabalho, nos mecanismos de produção de riqueza e nas concepções de liberdade, igualdade e desenvolvimento social. A análise demonstra que, para Marx, a propriedade privada constitui elemento central para a manutenção das desigualdades e da alienação humana, uma vez que transforma o trabalho em mercadoria e distancia o indivíduo do produto de sua atividade, da coletividade e de sua própria condição humana. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o autor desenvolve a ideia de estranhamento como expressão da perda de autonomia do trabalhador diante das estruturas econômicas que subordinam a existência às relações de produção. Nesse sentido, sustenta-se que a emancipação humana exige a superação das formas de exploração associadas ao capitalismo e a construção de novas formas de organização social orientadas pela coletividade e pela realização integral do indivíduo. Em contraposição, o estudo examina a perspectiva de Friedrich Hayek, que, em *O Caminho da Servidão*, critica os modelos coletivistas e o planejamento central da economia ao argumentar que a ampliação do controle estatal compromete a liberdade individual e favorece processos de concentração de poder político. Para Hayek, a preservação da propriedade privada, da livre iniciativa e da autonomia dos indivíduos constitui condição necessária para a manutenção da liberdade e para o funcionamento eficiente da ordem social. O autor compreende que os processos espontâneos de coordenação econômica oferecem maior capacidade de adaptação e desenvolvimento quando comparados aos modelos centralizados de organização. A partir da análise comparativa entre os autores, o estudo evidencia que, embora partam de fundamentos filosóficos distintos, ambos apresentam preocupações relacionadas aos limites das estruturas de poder e aos efeitos que determinados modelos econômicos exercem sobre a condição humana. Conclui-se que o debate entre Marx e Hayek permanece atual diante dos desafios contemporâneos relacionados à desigualdade social, à intervenção estatal, à proteção das liberdades individuais e à busca por modelos de desenvolvimento capazes de conciliar justiça social, autonomia e participação humana nos processos econômicos e políticos.

Palavras-chave: Propriedade privada; liberdade individual; organização social; Karl Marx; Friedrich Hayek.

**BETWEEN THE ECONOMIC AND PHILOSOPHIC MANUSCRIPTS AND THE
ROAD TO SERFDOM: A CRITICAL ANALYSIS OF PRIVATE PROPERTY,
INDIVIDUAL FREEDOM, AND MODELS OF SOCIAL ORGANIZATION IN KARL
MARX AND FRIEDRICH HAYEK.**

Dimar Monteiro Sanca

This study critically analyzes the conceptions of private property, individual freedom, and models of social organization developed by Karl Marx in *Economic and Philosophic Manuscripts* and by Friedrich Hayek in *The Road to Serfdom*, establishing a dialogue between distinct theoretical perspectives regarding the constitution of modern society and forms of economic and political organization. The study is based on the understanding that the transformations resulting from modernity and the consolidation of the capitalist system produced profound changes in labor relations, mechanisms of wealth production, and conceptions of freedom, equality, and social development. The analysis demonstrates that, for Marx, private property constitutes a central element in maintaining inequalities and human alienation, as it transforms labor into a commodity and distances individuals from the product of their activity, from the collective, and from their own human condition. In *Economic and Philosophic Manuscripts*, Marx develops the concept of alienation as an expression of the worker's loss of autonomy in the face of economic structures that subordinate existence to relations of production. In this sense, it is argued that human emancipation requires overcoming forms of exploitation associated with capitalism and constructing new forms of social organization oriented toward collectivity and the full realization of the individual. In contrast, this study examines Friedrich Hayek's perspective presented in *The Road to Serfdom*, in which he criticizes collectivist models and centralized economic planning by arguing that the expansion of state control compromises individual freedom and encourages processes of political power concentration. For Hayek, the preservation of private property, free enterprise, and individual autonomy constitutes a necessary condition for maintaining freedom and ensuring the efficient functioning of social order. Hayek argues that spontaneous processes of economic coordination provide greater adaptability and development when compared to centralized models of organization. Through the comparative analysis of both authors, the study highlights that, although grounded in distinct philosophical foundations, Marx and Hayek share concerns related to the limits of power structures and the effects that specific economic models exert on the human condition. It is concluded that the debate between Marx and Hayek remains relevant in light of contemporary challenges related to social inequality, state intervention, the protection of individual freedoms, and the search for development models capable of reconciling social justice, autonomy, and human participation in economic and political processes.

Keywords: Private property; individual freedom; social organization; Karl Marx; Friedrich Hayek.



ENTRE LOS MANUSCRITOS ECONÓMICO-FILOSÓFICOS Y EL CAMINO DE SERVIDUMBRE: UN ANÁLISIS CRÍTICO SOBRE LA PROPIEDAD PRIVADA, LA LIBERTAD INDIVIDUAL Y LOS MODELOS DE ORGANIZACIÓN SOCIAL EN KARL MARX Y FRIEDRICH HAYEK.

Dimar Monteiro Sanca

El presente estudio analiza críticamente las concepciones de propiedad privada, libertad individual y modelos de organización social desarrolladas por Karl Marx en *Manuscritos económico-filosóficos* y por Friedrich Hayek en *El camino de servidumbre*, estableciendo un diálogo entre perspectivas teóricas distintas acerca de la constitución de la sociedad moderna y de las formas de organización económica y política. Se parte del entendimiento de que las transformaciones derivadas de la modernidad y de la consolidación del sistema capitalista produjeron cambios profundos en las relaciones laborales, en los mecanismos de producción de riqueza y en las concepciones de libertad, igualdad y desarrollo social. El análisis demuestra que, para Marx, la propiedad privada constituye un elemento central para el mantenimiento de las desigualdades y de la alienación humana, ya que transforma el trabajo en mercancía y aleja al individuo del producto de su actividad, de la colectividad y de su propia condición humana. En *Manuscritos económico-filosóficos*, el autor desarrolla la idea de alienación como expresión de la pérdida de autonomía del trabajador frente a las estructuras económicas que subordinan la existencia a las relaciones de producción. En este sentido, se sostiene que la emancipación humana exige la superación de las formas de explotación asociadas al capitalismo y la construcción de nuevas formas de organización social orientadas hacia la colectividad y la realización integral del individuo. En contraste, el estudio examina la perspectiva de Friedrich Hayek, quien, en *El camino de servidumbre*, critica los modelos colectivistas y la planificación central de la economía al argumentar que la ampliación del control estatal compromete la libertad individual y favorece procesos de concentración del poder político. Para Hayek, la preservación de la propiedad privada, de la libre iniciativa y de la autonomía de los individuos constituye una condición necesaria para mantener la libertad y garantizar el funcionamiento eficiente del orden social. El autor sostiene que los procesos espontáneos de coordinación económica ofrecen mayor capacidad de adaptación y desarrollo en comparación con los modelos centralizados de organización. A partir del análisis comparativo entre ambos autores, el estudio evidencia que, aunque parten de fundamentos filosóficos distintos, los dos presentan preocupaciones relacionadas con los límites de las estructuras de poder y con los efectos que determinados modelos económicos ejercen sobre la condición humana. Se concluye que el debate entre Marx y Hayek permanece vigente frente a los desafíos contemporáneos relacionados con la desigualdad social, la intervención estatal, la protección de las libertades individuales y la búsqueda de modelos de desarrollo capaces de conciliar justicia social, autonomía y participación humana en los procesos económicos y políticos.

Palabras clave: Propiedad privada; libertad individual; organización social; Karl Marx; Friedrich Hayek.



1. Inglês (English)

BETWEEN THE ECONOMIC AND PHILOSOPHIC MANUSCRIPTS AND THE ROAD TO SERFDOM: A CRITICAL ANALYSIS OF PRIVATE PROPERTY, INDIVIDUAL FREEDOM, AND MODELS OF SOCIAL ORGANIZATION IN KARL MARX AND FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Nigéria, Gana, Libéria, Serra Leoa, África do Sul, Quênia, Uganda e outros.

2. Francês (Français)

ENTRE LES MANUSCRITS ÉCONOMIQUES ET PHILOSOPHIQUES ET LE CHEMIN DE LA SERVITUDE : UNE ANALYSE CRITIQUE DE LA PROPRIÉTÉ PRIVÉE, DE LA LIBERTÉ INDIVIDUELLE ET DES MODÈLES D'ORGANISATION SOCIALE CHEZ KARL MARX ET FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Senegal, Costa do Marfim, Mali, Níger, Guiné, Benim, Burkina Faso, Congo e outros.

3. Árabe (آريبرعلا)

بين المخطوطات الاقتصادية والفلسفية وطريق العبودية: تحليل نقدي للملكية الخاصة والحرية الفردية ونماذج التنظيم الاجتماعي عند كارل ماركس وفريدريش هايك.

Língua utilizada em: Egito, Sudão, Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia, Mauritânia.

4. Suaíli (Kiswahili)

KATI YA MAANDIKO YA KIUCHUMI NA KIFALSAFA NA NJIA YA UTUMWA: UCHAMBUZI WA KINA WA UMILIKI BINAFSI, UHURU WA MTU BINAFSI NA MIFUMO YA MPANGILIO WA KIJAMII KWA KARL MARX NA FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Tanzânia, Quênia, Uganda, República Democrática do Congo.

5. Iorubá (Yorùbá)

LÁÀÁRÍN ÀWỌN ÌWÉ ÌŞÈLÚ -ỌRỌ AJÉ ATI ÌMỌ -ỌRỌ ATI ÒNÀ ÌSÌNRÚ : ÌTÚPALÈ LÓRÍ OHUN-INI ALÁDÁNI, ÒMÌNIRA ẸNIKỌ̀ỌKAN ATI ÀWỌN ÀPÈRẸ ÌŞÈTÒ ÀWÙJÒ NÍNÚ KARL MARX ATI FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Nigéria, Benim, Togo.



6. Hauçá (Hausa)

TSAKANIN RUBUCE-RUBUCEN TATTALIN ARZIKI DA FALSafa DA HANYAR BAUTA: NAZARI MAI SUKA KAN MALLAKAR KAI, 'YANCIN MUTUM DA TSARIN TSARA AL'UMMA A TUNANIN KARL MARX DA FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Nigéria, Níger, Gana, Chade.

7. Zulu (isiZulu)

PHAKATHI KWEMIBHALO YEZOMNOTHO NEYEFILOSOFI KANYE NENDLELA YOBUKHOBOKA: UKUHLAZIYWA OKUGXEKAYO NGEMPHAHLA YANGASESE, INKULULEKO YOMUNTU KANYE NEZINHLELO ZOKUHLELWA KOMPHAKATHI KU-KARL MARX NAKU-FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: África do Sul.

8. Xhosa (isiXhosa)

PHAKATHI KWEEMANUSKRIPTHI ZOQOQOSHO NEZEFILOSOFI KUNYE NENDLELA YOBUKHONZA: UHLAHLELO OLUQATHAKILEYO LWEPROPATI YABUCALA, INKULULEKO YOMNTU KUNYE NEEFOM ZENTLANGANISO YOLUNTU KU-KARL MARX NO-FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: África do Sul.

9. Amárico (አማርኛ)

በኢኮኖሚያዊና ፍልስፍናዊ ጽሑፎች እና ወደ ባርነት መንገድ መካከል፡ በካርል ማርክስ እና በፍሪድሪክ ሃይክ ላይ የግል ባለቤትነት፣ የግል ነፃነት እና የማህበራዊ አደረጃጀት ሞዴሎች ላይ የተመሰረተ ትንታኔ።

Língua utilizada em: Etiópia.

10. Crioulo Guineense (Kriol da Guiné-Bissau)

ENTRI MANUSKRITU EKONÓMIKU I FILOSÓFIKU I KAMINHU DI SIRVIDON: UN ANÁLISI KRÍTIKU RIBA PROPRIEDAD I PRIVADU, LIBERDADI INDIVIDUAL I MODELU DI ORGANIZASON SOSIAL NA KARL MARX I FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Guiné-Bissau.



11. Kimbundu

MUKANDA YA EKONOMIA YE FILOSOFIA YE NZILA YA BUKULU: UDIKULU DIA KUYINDULA KU MABOKO YA MUNU, KULUKA KIA MUNU YE NZILA YA KULONGA MUKANDA MU KARL MARX NI FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Angola.

12. Umbundu

POKATI KOVIMBIRU VYOSOMA VYOLOMBO NEFILOSOFIA NO NZILA YOVUTUMBA: UKUSOKA OKUPEPETA POKATI KOPROPRIEDADE PRIVADA, UKULIHOLA KOVANHU NO NDJILA YOKUSANGA OVANHU MU KARL MARX NA FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Angola.

13. Crioulo Cabo-verdiano (Kriolu – Santiago)

ENTRE MANUSKRITUS EKONÓMIKU-FILOSÓFIKUS I KAMINHU DI SERVIDON: UN ANÁLIZI KRÍTIKU SOBRI PROPRIEDADI PRIVADU, LIBERDADI INDIVIDUAL I MODELUS DI ORGANIZASON SOSIAL NA KARL MARX I FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Cabo Verde.

14. Crioulo Forro (São Tomé e Príncipe)

ENTLI MANUSKRITU EKONOMIKU-FILOSÓFIKU I KAMINU DI SERVIDON: ANÁLISI KRÍTIKU SOBI PROPRIEDADI PRIVADU, LIBERDADI INDIVIDUAL I MODELU DI ORGANIZASON SOSIAL NA KARL MARX I FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: São Tomé e Príncipe.

15. Changana (Xitsonga)

EXIKARHI XA TIBUKU TA IKONOMI NA FILOSOFI NI NDLELA YA VUKHOMBO: NXOPAXO WA VUTYISEKI EKA NHUNDZU YA MUNHU, NTSHUNXEKO WA MUNHU NA TINDLELA TA NHLELO WA VAAKI HI KARL MARX NA FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Moçambique.



16. Sena (Cisena)

PAKATI PA MALIVRU A EKONOMIA NA FILOSOFIA NA NJIRA YA UKAPORO: KUFUFUZA KWAKU YANG'ANA PA CHUMA CHA MUNTHU, UFULU WA MUNTHU NA NJIRA ZA KUKONZA GULU MU KARL MARX NA FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Moçambique.

17. Macua (Emakhuwa)

VAKHATI VA MIKALATU SA IKONOMI NI FILOSOFIA NI MUKHALO WA OTHUKULIWA: UTHANLULA WOKHALA WA EHAKU YA OPWELA, WUNKULU WA MUNTHU NI MIKHALO SA OTHEYA WA KARL MARX NI FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Moçambique.

18. Lingala

KATI NA MAKOMA MA NKITA PE FILOZOFI PE NZELA YA BOWUMBU: BOTALISI YA KOBANDA NA BOMENGA YA BATO, BONDEKO YA MOTO MOKO PE NZELA YA KOBONGISA LISANGA KATI NA KARL MARX NA FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: República Democrática do Congo e República do Congo.

19. Kikongo

NA KATI YA MIKANDA YA NKITA YE FILOSOFIA YE NZILA YA BUVUMBU: TADILU DIA KUSOSA PROPRIEDADE YA MUNTU, KULUKA KIA MUNTU YE NDINGA YA KULONGA MUNDU MU KARL MARX NI FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Angola, Congo e RDC.

20. Shona

PAKATI PEMAGWARO EZVEHUPFUMI NEOUZIVI UYE NZIRA YEURANDA: ONGORORO YAKADZAMA YE PFUMA YAKAZVIMIRIRA, RUSUNUNGUKO RWEMUNHU UYE MAITIRO EKURONGA NZANGA MUNA KARL MARX NA FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Zimbábue.



21. Tswana (Setswana)

MAGARE GA DINGWALO TSA IKONOMI LE FILOSOFI LE TSELA YA BOKGOKGO: TLHATLHOBO E E BOTENG YA THUO YA MOTHO, KGOLAGANO YA MOTHO LE DITSELA TSA THULAGANYO YA SETŠHABA GO KARL MARX LE FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Botsuana e África do Sul.

22. Sotho (Sesotho)

PAKENG TSA MANGOLO A MORUO LE FILOSOFI LE TSELA YA BOKHOBA: TLHATLHOBISO E TEBILENG YA THEPA YA BOTHO, TOKOLOHO YA MOTHO LE DITSAMAISO TSA MOKGATLO OA SECHABA HO KARL MARX LE FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Lesoto e África do Sul.

23. Fulani (Fulfulde)

NDER E DOKKAL EKONOMI E FILOSOFI E LAAWOL MACCUNGU: NDEEWNGOL CUUSI HAKKE JOOMIRDE, NDIMDAGOL GORKO E MODELJI HEBBINDE JAMIROOJI E KARL MARX E FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Senegal, Guiné, Mali, Nigéria, Camarões.

24. Wolof

DIGGANTE MBIND MI CI EKONOMI AK FILOSOFI AK YOONU JAAM: XALAAAT GU XÓOT CI MBIRUM MOOM SA BOPP, GOR-GORLU AK DOXALIN MBOKK CI KARL MARX AK FRIEDRICH HAYEK.

Língua utilizada em: Senegal.



Dimar Monteiro Sanca

ENTRE OS **MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS** E **O CAMINHO DA SERVIDÃO**

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE PROPRIEDADE PRIVADA,
LIBERDADE INDIVIDUAL E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO
SOCIAL EM **KARL MARX** E **FRIEDRICH HAYEK**

1. INTRODUÇÃO

As grandes disputas intelectuais que atravessaram a modernidade não se restringiram ao campo econômico nem permaneceram limitadas às transformações institucionais promovidas pelo desenvolvimento industrial. O problema central que atravessa parte significativa da filosofia social moderna consiste em compreender como os indivíduos organizam a vida coletiva, distribuem recursos, definem direitos e atribuem sentido à liberdade. A consolidação do capitalismo alterou profundamente a percepção sobre produção, propriedade e autonomia humana, deslocando antigos fundamentos políticos para novas formas de racionalidade econômica. Nesse contexto, Karl Marx e Friedrich Hayek figuram como autores incontornáveis porque oferecem interpretações distintas sobre o modo como sociedades produzem riqueza e organizam relações de poder. O encontro entre os Manuscritos Econômico-Filosóficos e O Caminho da Servidão não constitui simples oposição doutrinária entre esquerda e liberalismo econômico, mas representa uma investigação sobre os limites históricos da emancipação e sobre os mecanismos que regulam a coexistência humana.

Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, Marx inaugura uma forma de crítica que desloca a economia política para dentro da experiência humana concreta. Marx (2010) compreende que o trabalho não deve ser reduzido à função produtiva, pois constitui elemento essencial da realização do ser humano enquanto sujeito histórico. O autor identifica que a



propriedade privada não apenas distribui recursos de forma desigual, mas reorganiza subjetividades ao converter capacidades humanas em mercadorias negociáveis. Chagas (1994) observa que o conceito de estranhamento formulado por Marx expressa uma ruptura entre o indivíduo e sua própria existência, alcançando dimensões materiais e simbólicas. O trabalhador deixa de reconhecer sua identidade naquilo que produz e passa a sustentar estruturas que o afastam do exercício pleno de sua humanidade.

A leitura marxiana da propriedade privada ultrapassa interpretações jurídicas tradicionais porque situa sua origem no interior das relações sociais historicamente construídas. Keller (2018) demonstra que alienação e estranhamento constituem movimentos inseparáveis na análise marxiana, uma vez que o sujeito perde controle sobre o produto do trabalho e simultaneamente experimenta distanciamento diante de si mesmo. A riqueza produzida deixa de funcionar como ampliação das possibilidades humanas e converte-se em mecanismo de concentração econômica. Tal deslocamento produz um paradoxo persistente na modernidade: quanto maior a capacidade coletiva de gerar abundância, maior pode tornar-se a desigualdade na apropriação dos resultados.

Esse horizonte teórico recebe aprofundamento quando relacionado à crítica da economia política desenvolvida posteriormente em *O Capital*. Fine e Saad-Filho (2010) destacam que a crítica marxiana não se limita ao funcionamento dos mercados, alcançando o conjunto das formas sociais que tornam determinadas relações econômicas aparentemente naturais. A propriedade privada aparece como construção histórica e não como categoria imutável da organização humana. A consequência dessa interpretação consiste em compreender que modelos econômicos carregam pressupostos antropológicos sobre aquilo que se entende por liberdade, justiça e desenvolvimento.

O problema da liberdade ocupa posição igualmente central na obra de Friedrich Hayek, embora orientado por pressupostos distintos. Em *O Caminho da Servidão*, Hayek (2010) argumenta que projetos políticos orientados pelo planejamento central tendem a produzir concentrações crescentes de autoridade administrativa e limitação da autonomia individual. O autor entende que nenhuma instância estatal possui capacidade cognitiva suficiente para coordenar integralmente os interesses dispersos existentes na sociedade. O funcionamento espontâneo das interações econômicas torna-se, nessa perspectiva, condição indispensável para preservar pluralidade social e impedir formas de dominação institucional.

A liberdade, na formulação hayekiana, não corresponde à ausência absoluta de normas nem à dissolução das estruturas coletivas. Hayek (1960) sustenta que sociedades livres dependem da existência de regras gerais capazes de limitar interferências arbitrárias do poder

político. Ebenstein (2001) interpreta essa formulação como tentativa de preservar instituições abertas e impedir que objetivos coletivos sejam convertidos em justificativas para expansão contínua do controle estatal. O centro da discussão desloca-se da igualdade material para a proteção dos espaços de decisão individual.

A oposição entre Marx e Hayek frequentemente foi apresentada como incompatibilidade definitiva entre coletivismo e individualismo. Caldwell (1997) demonstra que Hayek desenvolveu críticas ao socialismo sem abandonar a importância das instituições jurídicas e dos limites éticos da ação econômica. Musto (2015), por sua vez, argumenta que interpretações simplificadas do jovem Marx negligenciam sua preocupação com emancipação humana e autonomia individual. A aproximação crítica entre os autores permite reconhecer zonas de convergência pouco exploradas, especialmente no diagnóstico sobre os perigos produzidos por estruturas excessivamente concentradas de poder.

A centralidade da propriedade privada nesse debate exige considerar que o conceito assume funções distintas em cada tradição intelectual. Para Marx, ela representa categoria histórica vinculada à reprodução das desigualdades sociais e à transformação da atividade humana em instrumento de acumulação. Para Hayek, constitui condição institucional que protege escolhas individuais e impede interferências arbitrárias. Harvey (2010) observa que as disputas contemporâneas sobre capitalismo frequentemente reproduzem essa tensão sem reconhecer a profundidade filosófica que sustenta cada posição.

O confronto entre essas interpretações revela que liberdade e igualdade raramente coexistem sem conflitos internos. Peck (2013) argumenta que o neoliberalismo consolidou uma compreensão específica de liberdade associada à expansão dos mecanismos de mercado e à redução da intervenção estatal. Esse cenário reabre questões que atravessam tanto Marx quanto Hayek: até que ponto escolhas individuais permanecem livres quando condicionadas por desigualdades estruturais? Em sentido oposto, até que ponto políticas orientadas por igualdade podem restringir autonomia social?

A atualidade do debate decorre da permanência das crises econômicas e das disputas em torno do papel do Estado. Venugopal (2015) identifica que o conceito de neoliberalismo adquiriu múltiplas interpretações justamente porque incorpora tensões entre liberdade econômica, governança institucional e demandas por proteção social. O crescimento das desigualdades globais recoloca em evidência críticas dirigidas à concentração patrimonial, enquanto experiências históricas de centralização política renovam preocupações associadas à preservação das liberdades civis.

A investigação proposta neste estudo parte da hipótese de que os textos de Marx e Hayek não devem ser interpretados como sistemas fechados ou respostas definitivas. O interesse analítico reside em compreender como cada autor formula diagnósticos distintos sobre problemas semelhantes. Arthur (2004) afirma que a emancipação humana, em Marx, exige reconstrução das formas sociais que produzem dependência econômica. Boettke (2016) sustenta que o projeto liberal hayekiano busca preservar condições institucionais para expansão da autonomia individual.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e documental orientada pela análise crítica da literatura. Creswell (2021) destaca que investigações comparativas exigem articulação entre categorias conceituais e interpretação contextual dos textos. Fávero e Centenaro (2019) observam que a pesquisa documental amplia possibilidades analíticas ao permitir reconstrução histórica dos argumentos e identificação de permanências e deslocamentos teóricos. O objetivo central consiste em examinar como propriedade privada, liberdade individual e organização social constituem categorias capazes de revelar diferentes concepções sobre a condição humana e sobre os horizontes possíveis da vida coletiva.

A comparação entre Marx e Hayek exige afastamento de leituras que reduzam ambos a posições estanques ou a representações ideológicas cristalizadas. Cada autor responde a problemas históricos específicos e formula diagnósticos vinculados às condições intelectuais do seu tempo. Marx escreve sob o impacto da industrialização europeia e da expansão do trabalho assalariado como forma dominante de organização econômica. Hayek produz sua reflexão diante das experiências totalitárias e da crescente centralização administrativa do século XX. A tensão entre os dois projetos não decorre apenas da divergência sobre propriedade ou mercado, mas da diferença de compreensão acerca da própria natureza da liberdade.

No pensamento marxiano, a liberdade não se limita ao direito formal de escolha, nem pode ser confundida com mera autonomia contratual. Marx e Engels (2007) argumentam que as condições materiais moldam possibilidades concretas de ação e condicionam formas de consciência social. A existência de direitos jurídicos não elimina mecanismos de dependência econômica quando indivíduos permanecem submetidos a relações estruturais de desigualdade. A emancipação adquire sentido histórico porque exige transformação das condições que limitam o desenvolvimento humano. A liberdade passa a ser concebida como capacidade efetiva de participar da construção das próprias condições de existência.

Essa interpretação altera profundamente o entendimento sobre propriedade privada. Em vez de concebê-la como extensão natural do esforço individual, Marx (2013) identifica nela



uma categoria historicamente vinculada ao processo de acumulação e reprodução das diferenças sociais. Martins (2020) observa que os Manuscritos de 1844 representam momento decisivo na construção dessa crítica porque conectam economia política e filosofia da existência. O problema central deixa de ser a posse em si mesma e desloca-se para o modo como determinadas formas de propriedade condicionam relações humanas e definem quem controla os meios pelos quais a vida social se reproduz.

Hayek segue direção distinta ao sustentar que a liberdade depende precisamente da limitação do alcance das decisões coletivas sobre a esfera individual. Em *Law, Legislation and Liberty*, Hayek (1973) defende que sociedades abertas exigem regras abstratas capazes de proteger expectativas individuais sem subordinar decisões particulares à vontade centralizada do Estado. O autor considera que a coordenação social emerge da interação entre agentes dispersos e não de projetos previamente determinados por autoridades políticas. A ordem social seria resultado de processos cumulativos e não de desenho racional integral.

Esse ponto torna particularmente relevante a discussão sobre conhecimento e poder. Hayek entende que nenhuma instituição possui acesso pleno às informações necessárias para organizar de maneira eficiente a vida econômica. Skidelsky (2006) observa que esse argumento foi construído como crítica direta aos projetos de engenharia social e às tentativas de planejamento extensivo. A limitação cognitiva das estruturas estatais transforma a liberdade econômica em mecanismo de dispersão decisória. O mercado passa a desempenhar função de coordenação e transmissão de informações.

Apesar das diferenças, ambos os autores compartilham inquietações relacionadas ao problema da dominação. Marx identifica dominação nas estruturas econômicas que transformam seres humanos em instrumentos de valorização do capital. Hayek identifica risco semelhante quando instituições políticas acumulam capacidade excessiva de dirigir comportamentos sociais. Em ambos os casos, emerge preocupação com formas pelas quais sistemas aparentemente racionais podem reduzir margens de autonomia individual e restringir possibilidades de autodeterminação.

O debate contemporâneo sobre organização social recoloca essas questões sob novas condições históricas. Processos de digitalização econômica, financeirização e ampliação da circulação global de capitais alteraram o significado tradicional da propriedade e da produção. Harvey (2010) argumenta que as crises recentes revelam limites importantes da racionalidade econômica baseada exclusivamente em expansão contínua dos mercados. Ao mesmo tempo, experiências de intervenção estatal intensiva demonstram dificuldades práticas relacionadas à administração centralizada de sistemas complexos.

Torna-se insuficiente reproduzir modelos interpretativos fundados em oposições rígidas. O diálogo entre Marx e Hayek permite compreender que liberdade e igualdade não operam como categorias mutuamente excludentes, mas como dimensões permanentemente tensionadas da vida política. A análise comparativa favorece reflexão mais sofisticada sobre os custos humanos produzidos tanto por desigualdades extremas quanto por formas excessivas de controle institucional.

A discussão adquire especial relevância em sociedades marcadas por desigualdades persistentes e fragilidade dos mecanismos de participação democrática. Sanca (2019), ao refletir sobre experiências políticas no Sul Global, evidencia como expectativas de desenvolvimento frequentemente coexistem com frustrações institucionais e limitações estruturais. Tal observação aproxima-se das preocupações deste estudo ao reconhecer que liberdade e progresso não podem ser compreendidos apenas como indicadores econômicos ou promessas abstratas de crescimento.

A elaboração teórica desenvolvida ao longo deste trabalho procura examinar como categorias clássicas permanecem capazes de interpretar dilemas contemporâneos. Propriedade privada, liberdade individual e organização social continuam organizando disputas intelectuais sobre justiça, legitimidade e desenvolvimento. A permanência desses conceitos demonstra que mudanças históricas não eliminaram questões fundamentais sobre distribuição de poder e reconhecimento humano.

No plano metodológico, o estudo orienta-se por leitura crítica e revisão documental apoiada em critérios de sistematização e rastreabilidade científica. Galvão e Ricarte (2019) destacam que revisões estruturadas ampliam rigor interpretativo e reduzem simplificações analíticas. Page et al. (2021), por meio das diretrizes PRISMA, reforçam a necessidade de transparência na seleção e interpretação das fontes. O objetivo não consiste em produzir síntese conciliatória entre autores, mas construir interpretação capaz de preservar diferenças conceituais e ampliar o potencial crítico do diálogo.

A análise também reconhece que teorias sociais não operam em vazio histórico. Narciso e Santana (2025) observam que abordagens contemporâneas exigem superação de modelos lineares e incorporação de múltiplas dimensões explicativas. Tal perspectiva orienta o tratamento das obras aqui analisadas como construções intelectuais inseridas em contextos específicos e abertas a novas interpretações.

A investigação desenvolvida neste artigo parte da convicção de que nenhuma ordem social se sustenta apenas por eficiência econômica ou por princípios abstratos de justiça. Toda forma de organização coletiva produz efeitos concretos sobre experiências humanas,



expectativas de futuro e possibilidades de participação. Entre os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e *O Caminho da Servidão* encontra-se um dos debates mais persistentes da teoria social moderna. O percurso proposto busca compreender como essas tradições continuam oferecendo instrumentos para interpretar o presente e imaginar horizontes possíveis para a condição humana.

2. DESENVOLVIMENTO

A tensão entre propriedade privada e emancipação humana constitui um dos eixos mais persistentes da filosofia social moderna, sobretudo quando observada a partir de leituras contrastivas entre Karl Marx e Friedrich Hayek. Em *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (1844) desloca o problema da economia para o interior da existência sensível do trabalhador, sugerindo que a forma de apropriação material redefine a própria constituição subjetiva. A crítica à propriedade privada não aparece como mera contestação jurídica, mas como denúncia de uma estrutura que produz exteriorização do ser humano em relação ao seu próprio trabalho. O indivíduo, nesse horizonte, deixa de reconhecer-se no produto que cria, instaurando uma fratura entre atividade vital e realização pessoal.

A alienação, tal como elaborada por Marx (1844), não se restringe ao nível psicológico, mas se inscreve na organização concreta da produção capitalista. O trabalho assume feição estranhada quando sua finalidade se desloca da satisfação humana para a acumulação de valor abstrato. Hegel (1807), ao tratar da mediação do espírito na história, já havia indicado a negatividade como motor do desenvolvimento, embora Marx reconfigure esse movimento ao ancorá-lo nas condições materiais da vida social. A mediação deixa de ser puramente ideal e passa a ser determinada pela estrutura econômica.

A leitura de Feuerbach (1841) contribui para compreender o deslocamento operado por Marx ao substituir o idealismo pela centralidade da vida sensível. O humanismo feuerbachiano, ao enfatizar a projeção das essências humanas em entidades externas, fornece um vocabulário inicial para a crítica da alienação religiosa e filosófica. Marx radicaliza essa intuição ao transferir o foco para a produção material, onde a exteriorização não ocorre apenas no plano espiritual, mas no próprio processo produtivo. O sujeito, nesse contexto, aparece despossuído de sua atividade vital.

A crítica marxiana à propriedade privada adquire densidade quando relacionada à divisão do trabalho descrita por Adam Smith (1776), cuja análise evidencia ganhos de produtividade associados à especialização. Essa racionalização produtiva, embora eficiente do ponto de vista sistêmico, introduz fragmentações na experiência do trabalhador. A atividade



torna-se parcela isolada de um processo total que escapa à compreensão individual. O resultado dessa organização não se limita à eficiência econômica, mas reorganiza a própria percepção do mundo social.

Em contraposição a essa leitura, Hayek (1944) interpreta a centralização econômica como ameaça direta à liberdade individual, argumentando que o planejamento estatal tende a suprimir a complexidade dos sistemas sociais espontâneos. A ordem de mercado, em sua formulação, emerge como mecanismo de coordenação dispersa de informações, impossível de ser replicado por uma instância central. A liberdade, nesse contexto, não se reduz à ausência de coerção física, mas envolve a possibilidade de decisões descentralizadas em um ambiente de múltiplos sinais de preços.

A divergência entre Marx e Hayek pode ser compreendida como disputa acerca da natureza da coordenação social. Marx (1867) enfatiza que o mercado não constitui esfera neutra, mas expressão de relações históricas determinadas por formas específicas de propriedade. Hayek, ao contrário, interpreta o mercado como processo evolutivo de descoberta, onde o conhecimento disperso encontra forma de articulação não planejada. A incompatibilidade entre essas perspectivas revela concepções distintas de racionalidade social.

John Stuart Mill (1859) introduz uma mediação relevante ao discutir limites da intervenção estatal e proteção das liberdades individuais. Sua defesa de uma esfera de autonomia pessoal sugere que a organização social deve preservar espaços de experimentação subjetiva. Ainda que próximo do liberalismo, Mill reconhece tensões entre liberdade formal e condições materiais de exercício dessa liberdade. Esse ponto permite aproximar parcialmente preocupações liberais e críticas sociais sem reduzi-las a equivalência conceitual.

A análise de Ludwig von Mises (1920) reforça a crítica ao socialismo ao afirmar a impossibilidade de cálculo econômico racional em sistemas sem preços de mercado. Essa tese influencia diretamente Hayek (1945), que amplia o argumento ao destacar a função informacional dos preços como síntese de conhecimento disperso. O problema do conhecimento, nesse quadro, torna-se central para a compreensão da ordem social. A coordenação econômica dependeria menos de intenções conscientes e mais de mecanismos impessoais de ajuste.

Isaiah Berlin (1958) contribui para a problematização do conceito de liberdade ao distinguir entre liberdade negativa e positiva, distinção que ilumina o contraste entre Marx e Hayek. A primeira refere-se à ausência de interferência externa, enquanto a segunda envolve condições efetivas de autodeterminação. A tensão entre essas concepções permite reinterpretar

o debate entre planejamento e mercado como disputa sobre o significado mesmo de autonomia. Cada tradição enfatiza dimensões distintas da experiência humana.

Tocqueville (1835) introduz preocupações relativas à centralização democrática e ao risco de uma tutela estatal que, sob aparência de proteção, pode reduzir a vitalidade da vida cívica. Sua análise da democracia americana evidencia a importância das associações intermediárias como barreiras contra o despotismo suave. Essa perspectiva dialoga com as preocupações de Hayek acerca da expansão estatal, embora não se restrinja à economia. O problema da liberdade assume dimensão institucional e cultural.

Gramsci (1932) desloca o debate para o campo da hegemonia, sugerindo que a dominação não se sustenta apenas por coerção econômica, mas por produção de consenso cultural. A sociedade civil, nesse horizonte, torna-se espaço estratégico de disputa simbólica. A leitura marxista ganha complexidade ao incorporar mecanismos de reprodução ideológica que ultrapassam a infraestrutura produtiva. A propriedade privada, nesse sentido, articula-se com formas de direção cultural.

Marcuse (1964) aprofunda a crítica ao capitalismo avançado ao descrever formas de integração social que neutralizam potenciais contestatórios. A racionalidade tecnológica, ao expandir-se, reconfigura necessidades e desejos, produzindo sujeitos adaptados à lógica do consumo. A alienação assume novas formas, menos visíveis, porém mais difusas. O conflito social desloca-se para o interior da própria subjetividade administrada.

Rawls (1971) introduz uma tentativa de conciliação entre liberdade e igualdade ao propor princípios de justiça que regulam a estrutura básica da sociedade. Sua teoria sugere que desigualdades podem ser justificadas apenas quando beneficiam os menos favorecidos. Essa formulação permite repensar a propriedade privada não como absoluto, mas como instituição sujeita a critérios de legitimidade pública. O debate entre Marx e Hayek ganha nova camada interpretativa nesse enquadramento normativo.

A crítica marxiana à reificação do trabalho pode ser reinterpretada como análise da transformação das relações sociais em relações entre coisas. Marx (1867) descreve esse processo como fetichismo da mercadoria, onde relações humanas aparecem como propriedades naturais dos objetos. Essa inversão perceptiva obscurece as mediações sociais que estruturam a produção. O mundo social torna-se opaco ao próprio sujeito que o constitui.

Hayek (1944), ao defender a ordem espontânea, rejeita a possibilidade de conhecimento total das estruturas sociais por parte de qualquer agente central. A complexidade do sistema econômico, segundo ele, impede qualquer tentativa de engenharia social abrangente.



Essa limitação epistemológica fundamenta sua crítica ao planejamento. A liberdade emerge como consequência de um sistema que supera a capacidade individual de compreensão total.

A divergência entre ambos pode ser reinterpretada como diferença de diagnóstico sobre a natureza da complexidade social. Marx entende a complexidade como produto histórico de relações de exploração, enquanto Hayek a compreende como dado inerente à dispersão do conhecimento. Essa oposição conduz a diferentes concepções de transformação social. Em um caso, a mudança exige ruptura estrutural; no outro, preservação institucional com ajustes incrementais.

A filosofia hegeliana da história (1807) permanece como pano de fundo comum, embora reinterpretada em direções opostas. Marx preserva a ideia de contradição como motor do desenvolvimento, deslocando-a para o plano material. Hayek rejeita teleologias históricas, enfatizando processos evolutivos sem finalidade pré-determinada. O sentido da história deixa de ser unidade necessária e passa a ser contingência ordenada.

A propriedade privada, em Marx, aparece como forma histórica específica associada ao capitalismo, não como categoria eterna. Essa historicização permite conceber sua superação como possibilidade real inscrita nas contradições do próprio sistema. Hayek, por outro lado, tende a vê-la como instituição funcional para a coordenação de sociedades complexas. A diferença entre contingência histórica e necessidade funcional marca o núcleo da divergência.

A liberdade individual assume estatutos distintos em cada autor. Marx a vincula à superação das condições materiais de exploração que limitam o desenvolvimento humano. Hayek a associa à proteção contra intervenções coercitivas que restringem escolhas individuais. Berlin (1958) ajuda a esclarecer essa ambiguidade conceitual ao mostrar que liberdade pode designar tanto ausência de interferência quanto capacidade efetiva de realização.

A análise do trabalho em Marx envolve uma crítica à separação entre sujeito e atividade produtiva. O trabalhador não apenas vende sua força de trabalho, mas perde controle sobre sua própria objetivação. Esse processo produz uma forma de existência marcada pela externalidade. A atividade vital torna-se meio para fins alheios à própria vida.

Hayek, ao enfatizar a importância dos preços como mecanismos de coordenação, desloca o problema da liberdade para o nível sistêmico. A autonomia individual depende da existência de sinais que permitam decisões descentralizadas. O mercado, nesse contexto, não é apenas instituição econômica, mas dispositivo de comunicação social. A liberdade torna-se fenômeno distribuído.

A crítica de Gramsci (1932) à hegemonia cultural permite compreender como a dominação pode persistir mesmo em contextos de liberdade formal. A internalização de valores

dominantes molda percepções e desejos, tornando a coerção menos perceptível. Essa leitura amplia o alcance da crítica marxista para além da economia estrita. A reprodução social envolve múltiplas dimensões interdependentes.

Marcuse (1964) radicaliza essa percepção ao sugerir que sociedades industriais avançadas produzem formas de conformismo que neutralizam antagonismos. A promessa de liberdade pode coexistir com estruturas de controle mais sofisticadas. O sujeito torna-se integrado ao sistema que o condiciona. A crítica assume, então, dimensão existencial e cultural.

Rawls (1971) propõe um modelo de justiça que busca compatibilizar liberdade e equidade por meio de princípios escolhidos sob condições imparciais. Essa abordagem permite reconsiderar a propriedade privada como instituição regulável por critérios de justiça distributiva. O debate entre Marx e Hayek, nesse ponto, adquire dimensão normativa contemporânea. A questão central desloca-se para a legitimidade das estruturas sociais.

A contraposição entre planejamento e mercado, longe de esgotar o debate, revela diferentes concepções de racionalidade social. Marx enfatiza a possibilidade de reorganização consciente das relações produtivas, enquanto Hayek destaca limites cognitivos da coordenação centralizada. Entre essas posições, emerge um campo de tensão que atravessa toda a teoria social moderna. A análise da liberdade, da propriedade e da organização social permanece, nesse cenário, aberta a múltiplas interpretações críticas.

2.1. METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodológica se sustenta na necessidade de captar significados, tensões conceituais e racionalidades distintas que estruturam os discursos filosófico-econômicos, privilegiando a análise crítica em detrimento da mensuração estatística de dados.

No que se refere à natureza da pesquisa, caracteriza-se como básica, uma vez que não tem como finalidade imediata a aplicação prática ou intervenção direta na realidade social, mas sim a ampliação do conhecimento teórico sobre as categorias analisadas. A investigação busca aprofundar o entendimento das bases conceituais que estruturam as teorias de Marx e Hayek, contribuindo para o debate acadêmico nas áreas de Filosofia, Economia Política e Ciências Sociais.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque investiga um campo teórico marcado por tensões interpretativas entre perspectivas antagônicas, permitindo a identificação de categorias analíticas relevantes. Descritiva porque sistematiza e apresenta as principais formulações teóricas dos autores estudados, evidenciando



suas diferenças estruturais e suas convergências parciais no tratamento das relações entre Estado, mercado e indivíduo.

O procedimento técnico central adotado é a pesquisa bibliográfica, entendida como o levantamento, seleção e análise de produções científicas já publicadas. Essa estratégia permite o contato direto com o pensamento consolidado de autores clássicos e contemporâneos, possibilitando a construção de um referencial teórico sólido e coerente. A pesquisa bibliográfica constitui, nesse contexto, o eixo estruturante da investigação, pois viabiliza a comparação sistemática entre diferentes tradições intelectuais.

A relevância da pesquisa bibliográfica reside na sua capacidade de organizar o conhecimento já produzido, identificar lacunas teóricas e oferecer bases consistentes para novas interpretações. Conforme Narciso e Santana (2025), a sistematização metodológica das revisões científicas contribui para o fortalecimento da rigorosidade acadêmica e para o avanço das discussões epistemológicas. Nesse sentido, a leitura crítica das fontes torna-se etapa indispensável para a construção de análises consistentes.

A investigação também incorpora elementos de pesquisa documental, ao considerar materiais disponíveis em bases digitais e repositórios acadêmicos, tais como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO, Google Acadêmico e Academia.edu. A seleção dessas fontes obedece a critérios de atualidade, pertinência temática e rigor científico, garantindo a confiabilidade do corpus analisado e a coerência interna do estudo.

De acordo com Galvão e Ricarte (2019), a sistematização de revisões exige procedimentos rigorosos de busca, triagem e organização das informações, de modo a assegurar transparência metodológica. Morales (2022) complementa essa perspectiva ao destacar a importância de protocolos estruturados, como o PRISMA, para aprimorar a consistência das revisões sistemáticas e reduzir vieses interpretativos.

A fase de seleção do material empírico-teórico envolveu leitura exploratória inicial, seguida de leitura analítica aprofundada. Esse processo permitiu a identificação de convergências, divergências e zonas de tensão entre as interpretações de Marx e Hayek, especialmente no que diz respeito às concepções de liberdade, organização econômica e papel do Estado. A análise foi orientada por categorias temáticas previamente definidas.

Os procedimentos de análise dos dados basearam-se na categorização temática e no cruzamento interpretativo das fontes selecionadas. Esse movimento metodológico possibilitou organizar o material em núcleos conceituais, favorecendo a comparação entre diferentes perspectivas teóricas e evitando interpretações fragmentadas ou descontextualizadas.

Creswell (2021) enfatiza que a consistência metodológica em pesquisas qualitativas depende da articulação entre coleta, organização e interpretação dos dados, assegurando coerência analítica ao longo do processo investigativo. Nesse sentido, a presente pesquisa adota uma postura interpretativa rigorosa, fundamentada na leitura crítica das fontes e na sistematização dos argumentos.

Os dados foram organizados em categorias analíticas relacionadas aos objetivos da pesquisa, permitindo a construção de um percurso interpretativo coerente. Entre essas categorias, destacam-se propriedade privada, liberdade individual e modelos de organização social, que estruturam o eixo central da comparação entre Marx e Hayek.

A triangulação entre diferentes fontes teóricas possibilitou ampliar a densidade analítica do estudo, evitando reducionismos interpretativos. Esse procedimento contribui para uma compreensão mais complexa das tensões entre pensamento marxista e liberalismo econômico, especialmente no que diz respeito às bases normativas da ordem social.

A pesquisa bibliográfica, nesse contexto, não se limita à reprodução de ideias já consolidadas, mas se configura como instrumento de problematização crítica. Batista e Kumada (2021) ressaltam que esse tipo de investigação exige rigor metodológico e capacidade de articulação teórica, permitindo ao pesquisador elaborar interpretações próprias a partir de fontes existentes.

A pesquisa documental complementa esse processo ao ampliar o escopo das fontes analisadas, incorporando materiais institucionais e publicações acadêmicas diversas. Fávero e Centenaro (2019) destacam que esse tipo de investigação permite maior profundidade analítica, especialmente quando articulado com revisão bibliográfica sistemática.

A etapa final consistiu na síntese interpretativa dos dados, organizada de modo a evidenciar relações conceituais entre os autores estudados. Essa síntese não se limita à descrição, mas busca construir uma narrativa analítica capaz de explicitar os fundamentos teóricos das diferentes concepções de sociedade presentes em Marx e Hayek.

A coerência metodológica da pesquisa repousa na articulação entre abordagem qualitativa, natureza básica, objetivos exploratórios e descritivos, além da utilização integrada de procedimentos bibliográficos e documentais. Essa estrutura assegura rigor acadêmico e consistência analítica ao estudo, permitindo uma leitura aprofundada das tensões teóricas investigadas.

2.1.1. Abordagem Qualitativa da Pesquisa

A abordagem qualitativa estrutura-se como eixo epistemológico desta investigação ao privilegiar a interpretação aprofundada de discursos teóricos vinculados à tradição da Filosofia Social e da Economia Política. Conforme Silva et al. (2009), esse tipo de abordagem possibilita compreender significados, relações simbólicas e construções conceituais sem reduzir os fenômenos a variáveis mensuráveis. A análise de Marx e Hayek exige precisamente esse deslocamento metodológico, uma vez que suas obras não operam no registro da quantificação, mas na elaboração de categorias normativas e explicativas sobre sociedade, liberdade e propriedade.

A escolha por esse paradigma interpretativo permite apreender tensões internas dos sistemas teóricos analisados, identificando suas premissas implícitas e consequências conceituais. O foco recai sobre a densidade argumentativa dos textos, considerando não apenas o conteúdo explícito, mas também as estruturas lógicas que sustentam suas proposições.

2.1.2. Natureza Basal da Investigação

A natureza desta pesquisa classifica-se como básica, pois sua finalidade não reside na aplicação imediata de soluções práticas, mas na ampliação do campo teórico relacionado às concepções de organização social. Segundo Creswell (2021), investigações de natureza básica contribuem para o avanço do conhecimento científico ao aprofundar fundamentos conceituais que podem futuramente orientar aplicações.

Nesse sentido, o estudo dedica-se à compreensão das bases filosóficas que sustentam as críticas de Marx à propriedade privada e a defesa de Hayek pela ordem espontânea de mercado. A investigação busca consolidar interpretações teóricas consistentes, fortalecendo o debate acadêmico sobre estruturas sociais contemporâneas.

2.1.3. Objetivos Exploratórios e Descritivos

Os objetivos da pesquisa são simultaneamente exploratórios e descritivos. Exploratórios porque investigam um campo teórico marcado por antagonismos estruturais entre marxismo e liberalismo econômico, permitindo a identificação de categorias analíticas relevantes ainda em disputa interpretativa. Descritivos porque sistematizam os principais conceitos presentes em Marx e Hayek, organizando-os de forma comparativa e coerente.

Conforme Gil (2008), pesquisas exploratórias são adequadas quando o objeto demanda maior familiarização conceitual, enquanto estudos descritivos permitem a exposição detalhada de características de determinado fenômeno. A articulação desses dois níveis



favorece uma análise mais abrangente das relações entre liberdade, propriedade e organização social.

2.1.4. Pesquisa Bibliográfica como Fundamentação Científica

A pesquisa bibliográfica constitui o núcleo estruturante desta investigação, uma vez que se baseia na análise de obras clássicas e contemporâneas que tratam das categorias centrais do estudo. De acordo com Batista e Kumada (2021), esse tipo de pesquisa permite reunir, organizar e interpretar produções científicas já consolidadas, contribuindo para a construção de um referencial teórico consistente.

No caso deste estudo, as obras de Marx e Hayek são articuladas com contribuições de autores como Hegel, Smith e Berlin, ampliando o horizonte interpretativo. A pesquisa bibliográfica não se limita à reprodução de ideias, mas envolve leitura crítica, comparação conceitual e problematização teórica, permitindo a construção de novas inferências analíticas.

2.1.5. Pesquisa Documental e Seleção das Fontes

A pesquisa documental complementa o percurso metodológico ao incorporar materiais disponíveis em bases digitais e repositórios acadêmicos. Segundo Fávero e Centenaro (2019), esse tipo de investigação amplia o alcance analítico ao considerar documentos científicos, relatórios e publicações institucionais como fontes relevantes de análise.

Foram utilizados bancos de dados como CAPES, Scopus, Web of Science, SciELO e Google Acadêmico, priorizando produções com rigor metodológico e pertinência temática. A seleção das fontes seguiu critérios de atualidade, relevância teórica e consistência acadêmica, garantindo confiabilidade ao corpus investigado e coerência interpretativa ao estudo.

2.1.6. Procedimentos de Coleta, Análise e Categorização dos Dados

Os procedimentos metodológicos envolveram etapas sucessivas de coleta, leitura e análise crítica do material selecionado. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória das obras, seguida de leitura analítica aprofundada, com o objetivo de identificar categorias conceituais recorrentes e divergências teóricas significativas.

Posteriormente, os dados foram organizados por meio de categorização temática, estruturada a partir dos eixos centrais da pesquisa: propriedade privada, liberdade individual e modelos de organização social. Conforme Creswell (2021), a sistematização dos dados qualitativos exige rigor na organização e coerência interpretativa, evitando fragmentações analíticas.



A etapa final consistiu no cruzamento interpretativo das fontes, permitindo identificar convergências, tensões e especificidades entre os sistemas teóricos analisados. Esse procedimento possibilitou a construção de uma análise crítica articulada, fundamentada na comparação estruturada entre as perspectivas de Marx e Hayek, preservando consistência epistemológica e densidade conceitual ao longo de todo o percurso investigativo.

2.2. CONTEXTO HISTÓRICO E INTELLECTUAL DAS OBRAS

O pensamento de Karl Marx e Friedrich Hayek emerge em cenários históricos profundamente marcados por transformações estruturais que redefiniram economia, política e formas de sociabilidade. No caso de Marx, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) surgem no interior da consolidação do capitalismo industrial europeu, momento em que a expansão fabril e a reorganização do trabalho intensificam novas formas de exploração e desigualdade. Arthur (2004) destaca que a crítica marxiana se forma como resposta direta às contradições desse sistema em expansão, no qual progresso técnico e degradação humana se tornam dimensões simultâneas da vida social.

O século XIX, atravessado pela urbanização acelerada e pela transformação das relações de produção, fornece a base material que estrutura a reflexão marxiana. A concentração de trabalhadores nas fábricas, a disciplina industrial e a separação entre produtor e produto constituem elementos centrais de sua análise. Martins (2020) observa que esse contexto marca a transição de uma filosofia idealista para uma crítica ancorada na economia política, na qual a realidade material passa a ocupar o centro da interpretação social.

A formação intelectual de Marx está profundamente vinculada ao pós-hegelianismo e à crítica da filosofia alemã clássica. A herança de Hegel permanece como referência, embora reinterpretada a partir de uma inversão materialista das categorias dialéticas. Ranieri (2001) e Keller (2018) destacam que a noção de alienação, presente nos *Manuscritos de 1844*, desloca o problema da consciência para as condições concretas da existência produtiva, revelando como o trabalho sob o capitalismo afeta diretamente a constituição da subjetividade.

Esse movimento teórico também dialoga com a crítica feuerbachiana da religião e com a economia política clássica, especialmente em sua leitura das formas de produção e distribuição da riqueza. Fine e Saad-Filho (2010) ressaltam que, embora os *Manuscritos* possuam caráter filosófico, já apresentam os fundamentos da crítica desenvolvida posteriormente em *O Capital*. A economia deixa de ser vista como esfera neutra e passa a ser interpretada como expressão histórica de relações sociais determinadas.



Serrano (2018) evidencia que o jovem Marx articula elementos do idealismo alemão com a crítica da economia política, construindo uma interpretação na qual o dinheiro e a mercadoria assumem centralidade na mediação das relações humanas. Nesse horizonte, o capitalismo não aparece apenas como sistema econômico, mas como forma de organização social que estrutura percepções, valores e relações intersubjetivas.

Em contraposição histórica, Friedrich Hayek desenvolve sua obra no século XX, em um contexto profundamente marcado pelas guerras mundiais, pela crise do liberalismo clássico e pela expansão de modelos de planejamento estatal. *O Caminho da Servidão* (1944) surge como resposta intelectual ao avanço de projetos coletivistas, interpretados pelo autor como ameaças à liberdade individual e à ordem democrática. Boettke (2016) ressalta que a experiência histórica de colapso institucional influencia diretamente sua defesa de uma ordem baseada no mercado.

O ambiente da Segunda Guerra Mundial exerce impacto decisivo sobre a formulação da crítica hayekiana ao planejamento central. Caldwell (2016) observa que sua argumentação não se limita ao campo econômico, mas incorpora uma dimensão epistemológica, ao sustentar que nenhum agente central é capaz de reunir o conhecimento disperso necessário para coordenar uma sociedade complexa. A limitação cognitiva torna-se elemento central de sua teoria social.

A tradição liberal que fundamenta Hayek inclui autores como John Stuart Mill e Ludwig von Mises, cujas reflexões sobre liberdade individual e cálculo econômico influenciam sua defesa do mercado como mecanismo de coordenação social. Flew (2006) destaca que o liberalismo hayekiano se estrutura a partir da ideia de ordem espontânea, na qual instituições sociais emergem de interações descentralizadas sem planejamento central.

Hayek (1960; 1973) desenvolve sua crítica ao intervencionismo estatal com base na ideia de que a liberdade política depende da limitação do poder governamental. A concentração de decisões econômicas e sociais em uma instância central tende, segundo ele, a comprometer a autonomia individual. Essa preocupação se intensifica no contexto da Guerra Fria, quando debates sobre socialismo e liberalismo ganham centralidade na disputa ideológica global.

Harvey (2010) permite compreender que o pensamento marxiano, embora enraizado no século XIX, continua a dialogar com dinâmicas contemporâneas do capitalismo global, especialmente no que se refere às crises recorrentes do sistema. A análise das contradições internas do capital permanece relevante para interpretar fenômenos econômicos posteriores, evidenciando a atualidade de suas categorias analíticas.



A recepção posterior das ideias de Marx e Hayek também revela a amplitude de seus impactos intelectuais. Musto (2015) discute como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* foram frequentemente interpretados como obra isolada, quando na verdade integram um percurso contínuo de crítica à economia política. No caso de Hayek, Venugopal (2015) e Peck (2013) analisam a incorporação de suas ideias em projetos políticos associados ao neoliberalismo contemporâneo.

A relação entre história e teoria aparece como elemento estruturante em ambos os autores, embora com interpretações divergentes. Em Marx, o contexto da industrialização constitui base material para a crítica da exploração do trabalho e da propriedade privada. Em Hayek, o cenário das guerras mundiais e da expansão estatal fundamenta sua defesa da liberdade individual e da ordem espontânea.

Arthur (2004) sugere que ambas as perspectivas podem ser compreendidas como respostas distintas às transformações da modernidade capitalista, ainda que partam de diagnósticos opostos sobre suas consequências. O elemento histórico não atua como pano de fundo externo, mas como condição constitutiva das categorias teóricas desenvolvidas por cada autor.

O confronto entre essas duas tradições intelectuais revela que as concepções de liberdade, propriedade e organização social são profundamente moldadas pelos contextos históricos em que são produzidas. Marx elabora sua crítica a partir das contradições da industrialização nascente, enquanto Hayek formula sua defesa do liberalismo em resposta às crises e expansões do Estado no século XX. Essa diferença histórica sustenta a densidade do debate entre ambos e evidencia a centralidade do contexto na construção do pensamento social.

2.2.1. Manuscritos Econômico-Filosóficos (século XIX, industrialização, capitalismo emergente)

Os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) emergem em um momento de intensificação das transformações estruturais provocadas pela Revolução Industrial europeia, período em que a expansão das fábricas redefine a organização do trabalho e aprofunda a separação entre produtores e meios de produção. Marx (2010) escreve em um cenário no qual a promessa iluminista de emancipação convive com novas formas de exploração material, marcadas pela disciplina fabril e pela crescente mercantilização da vida social. Arthur (2004) destaca que esse contexto histórico não apenas influencia, mas estrutura diretamente a crítica marxiana da economia política.



A consolidação do capitalismo industrial cria condições para o surgimento de uma massa operária submetida a jornadas extenuantes, baixos salários e alienação progressiva do processo produtivo. Martins (2020) observa que esse ambiente histórico favorece a transição de uma crítica filosófica abstrata para uma análise material das condições de existência humana. A realidade econômica deixa de ser interpretada como fenômeno neutro e passa a ser compreendida como campo de conflitos sociais estruturais.

A experiência da alienação descrita por Marx encontra suas raízes na própria organização do trabalho industrial, onde o trabalhador perde controle sobre o produto de sua atividade e sobre o processo produtivo. Ranieri (2001) e Keller (2018) indicam que essa formulação não representa apenas uma crítica econômica, mas uma reinterpretação filosófica da subjetividade moderna. O sujeito passa a ser compreendido como produto das relações sociais historicamente determinadas.

2.2.2. O Caminho da Servidão (século XX, guerras mundiais, expansão do intervencionismo estatal)

O Caminho da Servidão (1944), de Friedrich Hayek, insere-se em um contexto marcado pelas guerras mundiais, pela ascensão de regimes totalitários e pela ampliação do papel do Estado na organização econômica. Hayek (2010) formula sua crítica ao planejamento centralizado em um momento em que modelos intervencionistas ganham força como resposta às crises do capitalismo liberal. Boettke (2016) observa que essa conjuntura histórica é decisiva para a construção de sua defesa da liberdade individual.

O colapso institucional observado durante a primeira metade do século XX reforça, no pensamento de Hayek, a percepção de que a concentração do poder econômico e político pode conduzir a formas de autoritarismo. Caldwell (2016) destaca que sua crítica ao socialismo não se restringe à dimensão econômica, mas incorpora uma preocupação epistemológica sobre os limites do conhecimento centralizado. A complexidade social é apresentada como argumento contra a planificação estatal.

A expansão do intervencionismo econômico, especialmente no período pós- crise de 1929 e no pós- guerra, constitui o pano de fundo direto de sua obra. Hayek (1960; 1973) desenvolve a ideia de que a liberdade depende da descentralização das decisões e da preservação de uma ordem espontânea baseada no mercado. Flew (2006) ressalta que essa concepção se ancora em uma tradição liberal que valoriza a limitação do poder estatal como condição da autonomia individual.



2.2.3. Demonstrar como o momento histórico influencia o pensamento de Marx e Hayek

A análise comparativa entre Marx e Hayek evidencia que ambos constroem suas teorias a partir de experiências históricas concretas que moldam profundamente suas categorias analíticas. No caso de Marx, a industrialização europeia e a emergência do proletariado urbano constituem o horizonte material que sustenta sua crítica da propriedade privada e da alienação. Harvey (2010) observa que as contradições observadas por Marx no século XIX permanecem relevantes para compreender dinâmicas contemporâneas do capitalismo.

Em Hayek, o contexto das guerras mundiais e da expansão do planejamento estatal influencia diretamente sua defesa da ordem espontânea e sua crítica ao intervencionismo. Venugopal (2015) e Peck (2013) indicam que sua obra se desenvolve em meio a disputas ideológicas intensas, nas quais o papel do Estado na economia torna-se questão central. O liberalismo hayekiano emerge, nesse sentido, como resposta às experiências históricas de centralização política e econômica.

A diferença entre ambos reside não apenas nas conclusões teóricas, mas na forma como interpretam os efeitos da modernidade. Marx compreende o capitalismo industrial como sistema gerador de exploração estrutural, enquanto Hayek interpreta o planejamento central como ameaça à liberdade individual. Arthur (2004) sugere que essas posições refletem leituras distintas das transformações da modernidade capitalista.

O momento histórico, portanto, não funciona como pano de fundo neutro, mas como elemento constitutivo das categorias teóricas mobilizadas por cada autor. Em Marx, a experiência da industrialização orienta a crítica da economia política e a análise da alienação; em Hayek, as crises do século XX fundamentam a defesa da liberdade econômica e da limitação do Estado. Essa diferença evidencia como condições históricas específicas moldam profundamente a produção do pensamento social.

2.3. O CONCEITO DE PROPRIEDADE PRIVADA EM KARL MARX E FRIEDRICH HAYEK

A propriedade privada constitui uma das categorias mais decisivas para a compreensão das divergências entre Karl Marx e Friedrich Hayek, funcionando como eixo interpretativo de suas respectivas teorias sociais. Em Marx (2010), especialmente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, esse conceito ultrapassa o plano jurídico e adquire estatuto ontológico, ao expressar uma forma histórica de organização da vida material que condiciona a existência humana.



Arthur (2004) destaca que a crítica marxiana desloca a propriedade do campo normativo para o campo das relações sociais concretas, nas quais se produz alienação.

No interior dessa leitura, a propriedade privada não aparece como direito natural, mas como estrutura histórica responsável pela separação entre o trabalhador e os meios de produção. Fine e Saad-Filho (2010) observam que essa separação constitui o núcleo do funcionamento do capitalismo, produzindo desigualdades estruturais e reproduzindo relações de dependência econômica. O trabalho, nesse contexto, deixa de ser expressão de realização humana e passa a operar como atividade estranhada.

2.3.1. Analisar como Marx compreende a propriedade privada como mecanismo de alienação e desigualdade

A compreensão marxiana da propriedade privada está diretamente vinculada ao conceito de alienação, desenvolvido nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Marx (2010) descreve a alienação como processo no qual o trabalhador se encontra separado do produto de sua atividade, perdendo o controle sobre aquilo que produz e sobre sua própria capacidade criativa. Ranieri (2001) e Keller (2018) reforçam que esse fenômeno não é apenas econômico, mas também existencial, pois afeta a relação do indivíduo consigo mesmo.

A propriedade privada, nesse sentido, opera como mecanismo que organiza essa separação estrutural, consolidando uma forma de desigualdade que não se limita à distribuição de riqueza, mas se estende às próprias condições de realização humana. Martins (2020) observa que essa crítica se insere na transição do pensamento filosófico para uma análise materialista da sociedade, na qual a economia política se torna campo central de investigação.

Marx e Engels (2010) ampliam essa análise ao relacionar propriedade privada e formação da sociedade de classes, indicando que as estruturas econômicas determinam posições sociais antagônicas. A desigualdade, portanto, não surge como acidente histórico, mas como resultado direto da organização da produção capitalista. Harvey (2010) acrescenta que essas contradições permanecem visíveis nas dinâmicas contemporâneas do capitalismo global.

Serrano (2018) evidencia que, já nos escritos de juventude de Marx, a propriedade privada aparece vinculada à mediação universal do dinheiro, que transforma relações humanas em relações mercantis abstratas. Esse processo contribui para a reificação da vida social, na qual valores humanos são subordinados à lógica da acumulação de capital.

2.3.2. Hayek a interpreta como fundamento da liberdade econômica, autonomia individual e ordem espontânea

Em contraste com Marx, Friedrich Hayek concebe a propriedade privada como instituição central para a preservação da liberdade individual e para o funcionamento eficiente da sociedade. Em *O Caminho da Servidão* (1944/2010), ele argumenta que a centralização econômica ameaça a autonomia dos indivíduos ao concentrar decisões nas mãos do Estado. Boettke (2016) destaca que essa posição emerge como resposta às experiências históricas de regimes totalitários e de planejamento central.

Para Hayek (1960), a propriedade privada desempenha função essencial na coordenação das ações individuais, permitindo que decisões descentralizadas se articulem por meio do sistema de preços. Flew (2006) observa que essa concepção se fundamenta na ideia de ordem espontânea, na qual a sociedade se organiza sem necessidade de direção centralizada. A propriedade, nesse contexto, não é apenas um direito individual, mas um mecanismo de coordenação social.

Caldwell (2016) enfatiza que a defesa hayekiana da propriedade privada está profundamente ligada à crítica epistemológica ao planejamento central, visto como incapaz de reunir o conhecimento disperso na sociedade. A complexidade das informações econômicas exige, segundo essa perspectiva, a manutenção de instituições que preservem a liberdade de escolha individual.

Ebenstein (2001) observa que a trajetória intelectual de Hayek é marcada pela preocupação com os riscos da concentração de poder político e econômico. A propriedade privada surge, nesse sentido, como barreira institucional que impede a expansão excessiva do Estado e protege espaços de autonomia pessoal.

A divergência entre Marx e Hayek revela concepções radicalmente distintas sobre o papel da propriedade privada na organização social. Para Marx, ela constitui mecanismo estrutural de alienação e desigualdade, enquanto para Hayek representa fundamento da liberdade econômica e da ordem espontânea. Essa oposição reflete diferentes interpretações da modernidade capitalista e de seus efeitos sobre a vida social.

Peck (2013) e Venugopal (2015) indicam que esse debate permanece atual no contexto contemporâneo, especialmente diante das transformações neoliberais e das disputas sobre o papel do Estado na economia. A propriedade privada continua sendo eixo central das discussões sobre justiça, liberdade e organização social.

A análise comparativa evidencia que a propriedade privada, longe de ser conceito neutro, constitui campo de disputa teórica e política. Em Marx, ela estrutura a alienação e a



desigualdade; em Hayek, fundamenta a liberdade e a coordenação social descentralizada. Essa tensão permanece como um dos núcleos mais persistentes da teoria social moderna.

A centralidade desse conceito revela que sua definição não se limita a uma categoria econômica, mas envolve diferentes compreensões sobre o próprio significado de sociedade. Em Marx, a propriedade privada organiza relações de produção que produzem separação entre o trabalhador e os meios necessários à sua existência, instaurando uma dinâmica de subordinação estrutural. Em Hayek, esse mesmo instituto é interpretado como condição para que indivíduos possam agir de forma autônoma em um ambiente de escolhas dispersas, no qual nenhuma autoridade central detém conhecimento suficiente para coordenar integralmente a vida econômica.

A divergência entre essas perspectivas também expressa distintas ontologias do social. Marx parte da ideia de que as formas de propriedade são historicamente determinadas e refletem relações concretas de poder e exploração, enquanto Hayek compreende a propriedade como resultado evolutivo de práticas sociais que permitem a estabilização da ordem econômica sem necessidade de planejamento central. Essa diferença implica não apenas interpretações distintas do capitalismo, mas concepções incompatíveis sobre a origem e a legitimidade das instituições sociais.

O debate em torno da propriedade privada, portanto, ultrapassa a esfera econômica e alcança a própria definição de liberdade e justiça. Enquanto a tradição marxiana associa sua estrutura à reprodução das desigualdades sociais, a tradição hayekiana a vincula à proteção da autonomia individual e à eficiência dos mecanismos de mercado. Essa contraposição mantém o conceito em permanente disputa interpretativa, demonstrando sua relevância contínua para a compreensão das formas contemporâneas de organização social.

2.4. LIBERDADE INDIVIDUAL: PERSPECTIVAS DIVERGENTES ENTRE MARX E HAYEK

A liberdade individual ocupa posição central nas construções teóricas de Karl Marx e Friedrich Hayek, embora cada autor a inscreva em horizontes conceituais radicalmente distintos. Em Marx (2010), a liberdade não pode ser compreendida como simples ausência de coerção externa, pois depende das condições materiais que estruturam a vida social. Arthur (2004) observa que a emancipação humana, no pensamento marxiano, exige a superação das formas de alienação que limitam a realização plena do indivíduo.

Nesse enquadramento, a liberdade deixa de ser atributo abstrato e passa a ser compreendida como resultado de relações sociais concretas. Marx e Engels (2007) indicam que

a estrutura econômica da sociedade condiciona as formas de consciência, o que implica que a autonomia individual não se realiza plenamente em contextos de dependência material. A experiência da liberdade, nesse registro, está vinculada à transformação das bases produtivas que organizam a vida coletiva.

2.4.1. Liberdade como emancipação humana em Marx

A concepção marxiana de liberdade está associada ao processo de emancipação humana, entendido como superação das formas de exploração que caracterizam o capitalismo. Marx (2010) descreve a alienação como condição na qual o trabalhador se encontra separado de sua própria atividade vital, perdendo o domínio sobre aquilo que produz e sobre si mesmo enquanto sujeito histórico. Ranieri (2001) enfatiza que esse processo envolve dimensões que ultrapassam a esfera econômica, atingindo a constituição da subjetividade.

A emancipação, nesse horizonte, não se limita à garantia de direitos formais, mas exige reorganização profunda das relações sociais de produção. Keller (2018) observa que o conceito de ser genérico em Marx expressa a possibilidade de uma humanidade que se realiza plenamente quando o trabalho deixa de ser estranhado. A liberdade, nesse sentido, aparece como reconstrução das condições materiais que permitem o florescimento humano.

2.4.2. Liberdade e condições materiais de existência

A análise marxiana enfatiza que a liberdade individual está condicionada às estruturas materiais que organizam a sociedade, especialmente às relações de produção capitalistas. Fine e Saad-Filho (2010) ressaltam que a existência de liberdade formal não garante autonomia efetiva quando os indivíduos permanecem submetidos à necessidade econômica. Essa distinção entre forma jurídica e conteúdo material da liberdade constitui um dos pontos centrais da crítica marxiana.

Harvey (2010) amplia essa perspectiva ao demonstrar que o capitalismo produz dependências estruturais que limitam as possibilidades de escolha real dos indivíduos. A inserção no mercado de trabalho, nesse contexto, não é apenas uma opção, mas uma condição de sobrevivência, o que redefine os contornos da liberdade como fenômeno socialmente condicionado.

2.4.3. Liberdade como ausência de coerção estatal em Hayek

Em oposição a essa leitura, Friedrich Hayek concebe a liberdade como ausência de coerção arbitrária, especialmente aquela exercida pelo Estado. Hayek (1960) sustenta que a



liberdade individual depende da limitação do poder político e da proteção de esferas privadas de decisão, nas quais os indivíduos possam agir de acordo com suas próprias preferências. Boettke (2016) destaca que essa concepção emerge como resposta às experiências históricas de centralização política no século XX.

A coerção, para Hayek, não se restringe à violência direta, mas abrange qualquer intervenção que restrinja a capacidade de escolha individual dentro da ordem social. Flew (2006) observa que essa noção se vincula ao liberalismo clássico, embora ampliada por uma preocupação epistemológica com os limites da intervenção estatal.

2.4.4. Liberdade e ordem espontânea

A liberdade em Hayek está diretamente relacionada à ideia de ordem espontânea, na qual a coordenação social ocorre sem necessidade de planejamento central. Hayek (1973) argumenta que a complexidade das sociedades modernas torna impossível o controle racional total por parte de uma autoridade central. Caldwell (2016) enfatiza que essa crítica se baseia na limitação do conhecimento humano diante da dispersão das informações econômicas.

A liberdade individual é preservada porque o sistema econômico permite que decisões sejam tomadas de forma descentralizada, articuladas por mecanismos como o sistema de preços. Ebenstein (2001) observa que essa concepção busca proteger a sociedade contra os riscos da concentração de poder, que poderia comprometer tanto a eficiência econômica quanto a autonomia individual.

2.4.5. Tensão entre emancipação e limitação do Estado

A contraposição entre Marx e Hayek evidencia duas formas inconciliáveis de compreender a liberdade: enquanto Marx a vincula à emancipação das condições materiais de exploração, Hayek a associa à limitação do poder estatal e à preservação da escolha individual. Essa divergência reflete não apenas diferenças conceituais, mas diagnósticos distintos sobre a estrutura da modernidade capitalista.

Peck (2013) e Venugopal (2015) indicam que essa tensão permanece viva nas discussões contemporâneas sobre neoliberalismo, justiça social e organização econômica. A liberdade, nesse contexto, torna-se um conceito disputado, atravessado por projetos políticos que variam entre transformação estrutural da sociedade e defesa da ordem institucional existente.

A análise dessas perspectivas revela que a liberdade não pode ser reduzida a uma definição unívoca, pois se constitui como campo de disputa teórica atravessado por diferentes

concepções de indivíduo, sociedade e poder. Em Marx, ela emerge como horizonte de superação da alienação; em Hayek, como salvaguarda contra a expansão da coerção estatal. Essa tensão permanece como elemento estruturante do pensamento social moderno.

2.5. INDIVIDUALISMO VERSUS COLETIVISMO COMO MODELOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A oposição entre individualismo e coletivismo constitui um dos eixos estruturantes do debate entre Karl Marx e Friedrich Hayek, revelando não apenas divergências econômicas, mas também distintas concepções de sociedade, sujeito e liberdade. Em Hayek (1960), o individualismo aparece como fundamento da ordem social espontânea, na qual decisões descentralizadas permitem a coordenação eficiente das ações humanas. Boettke (2016) observa que essa defesa está vinculada à preocupação com a preservação da liberdade diante de formas centralizadas de poder político.

No horizonte hayekiano, a organização social depende da capacidade dos indivíduos de agir autonomamente dentro de um sistema de regras gerais, sem imposição de um planejamento central. Flew (2006) destaca que esse individualismo não é isolado ou atomista, mas institucionalmente mediado pela propriedade privada e pelo sistema de preços. A sociedade emerge, nesse sentido, como resultado não intencional de interações múltiplas e dispersas.

2.5.1. Individualismo como base da ordem espontânea em Hayek

A concepção de individualismo em Hayek está profundamente associada à ideia de ordem espontânea, na qual o conhecimento social encontra-se distribuído entre os indivíduos e não concentrado em uma autoridade central. Hayek (1973) argumenta que a complexidade das sociedades modernas impede qualquer tentativa de coordenação integral por planejamento estatal. Caldwell (2016) ressalta que essa limitação epistemológica constitui o núcleo de sua crítica ao socialismo.

O individualismo, nesse contexto, não significa isolamento social, mas reconhecimento da incapacidade de qualquer instância central abarcar a totalidade das informações econômicas. Ebenstein (2001) observa que essa perspectiva se estrutura como defesa institucional contra a concentração de poder, preservando espaços de decisão autônoma.

2.5.2. Coletivismo e crítica marxista às estruturas capitalistas

Em Marx e Engels (2007), o coletivismo não aparece como princípio abstrato, mas como resposta às contradições geradas pelo capitalismo, no qual a produção social é realizada coletivamente, embora os frutos dessa produção sejam apropriados privadamente. Marx (2010) analisa essa contradição como base da exploração e da alienação, evidenciando que a estrutura econômica impede a realização plena do indivíduo.

Ranieri (2001) e Keller (2018) destacam que, no pensamento marxiano, o problema não reside na coletividade em si, mas na forma como ela é apropriada e organizada sob relações de propriedade privada. A vida social já é coletivamente produzida, embora apareça como resultado de ações individuais isoladas.

2.5.3. Tensão entre autonomia individual e determinação social

A divergência entre Marx e Hayek pode ser compreendida a partir de duas interpretações distintas da relação entre indivíduo e sociedade. Em Hayek, o indivíduo é unidade fundamental de decisão, cuja liberdade depende da limitação de interferências externas e da preservação de mecanismos institucionais que garantam escolhas descentralizadas. Hayek (1960) enfatiza que a ordem social deve emergir da interação entre agentes livres.

Em Marx, por outro lado, o indivíduo não pode ser compreendido fora das relações sociais que o constituem, uma vez que sua consciência e suas possibilidades de ação são moldadas por estruturas históricas de produção. Fine e Saad-Filho (2010) ressaltam que essa perspectiva desloca o foco da autonomia formal para as condições materiais que estruturam a vida social.

2.5.4. Implicações econômicas e políticas dos modelos sociais

As consequências políticas do individualismo hayekiano se refletem na defesa da limitação do Estado e na valorização de instituições de mercado como mecanismos de coordenação social. Hayek (1973) argumenta que a centralização excessiva compromete a eficiência econômica e a liberdade política, ao concentrar decisões em estruturas incapazes de lidar com a complexidade social.

No campo marxista, o coletivismo implica a reorganização das relações de produção como condição para a superação da exploração. Marx e Engels (2010) indicam que a transformação social exige alteração estrutural das bases econômicas, de modo a eliminar a separação entre produtores e meios de produção. Harvey (2010) observa que essa crítica permanece relevante para compreender crises contemporâneas do capitalismo.



2.5.5. Convergências e rupturas na teoria social contemporânea

A contraposição entre individualismo e coletivismo não se encerra no embate entre Marx e Hayek, mas se estende às interpretações contemporâneas sobre neoliberalismo, justiça social e organização econômica. Peck (2013) e Venugopal (2015) indicam que o individualismo liberal foi ampliado como racionalidade política global, enquanto interpretações marxistas continuam a influenciar críticas às desigualdades estruturais.

A permanência desse debate revela que ambos os modelos oferecem diagnósticos distintos sobre os fundamentos da vida social moderna. Em Hayek, a ordem social depende da liberdade individual mediada por instituições de mercado; em Marx, a emancipação coletiva depende da transformação das estruturas de propriedade e produção. Essas perspectivas seguem tensionando os modos de compreender economia e política na contemporaneidade.

2.6. TRABALHO, ALIENAÇÃO E CONDIÇÃO HUMANA

A relação entre trabalho, alienação e condição humana constitui um dos núcleos mais densos da crítica marxiana ao capitalismo, especialmente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Em Marx (2010), o trabalho não aparece como simples atividade produtiva, mas como expressão da vida genérica do ser humano, cuja realização se torna distorcida sob condições capitalistas. Ranieri (2001) interpreta esse deslocamento como estranhamento, no qual o sujeito perde a capacidade de reconhecer-se naquilo que produz.

Essa perda de reconhecimento não se limita ao produto final, mas atravessa o próprio processo produtivo, transformando a atividade laboral em experiência de exterioridade. Chagas (2018) observa que a alienação implica uma ruptura entre o trabalhador e sua essência criativa, fazendo com que a vida produtiva se converta em obrigação imposta por necessidades externas. O trabalho, nesse contexto, deixa de ser realização e passa a ser sobrevivência mediada por estruturas econômicas.

2.6.1. Trabalho como exteriorização da vida humana em Marx

A concepção marxiana de trabalho parte da ideia de que a atividade produtiva é constitutiva da humanidade, pois através dela o indivíduo transforma a natureza e se transforma simultaneamente. Marx (2010) sustenta que o trabalho deveria ser expressão livre da criatividade humana, mas sob o capitalismo assume forma alienada. Martins (2020) destaca que essa virada teórica redefine a economia política como campo de análise das condições existenciais.



A exteriorização do trabalho ocorre quando o produto da atividade passa a pertencer a outro sujeito, rompendo o vínculo entre criação e apropriação. Esse processo transforma o trabalhador em meio para fins que lhe são estranhos, invertendo a relação entre sujeito e objeto.

2.6.2. Alienação e perda de controle sobre a produção

A alienação, em Marx, manifesta-se quando o trabalhador perde o controle sobre o processo produtivo e sobre o produto de seu trabalho. Marx e Engels (2007) indicam que essa separação está diretamente ligada à propriedade privada dos meios de produção, que concentra o poder decisório nas mãos de poucos. Keller (2018) reforça que essa dinâmica compromete a relação do indivíduo com sua própria essência humana.

Esse fenômeno produz uma condição paradoxal na qual o trabalhador participa ativamente da produção social, mas não reconhece sua participação como expressão de si mesmo. Fine e Saad-Filho (2010) observam que essa estrutura não é acidental, mas constitutiva do modo de produção capitalista.

2.6.3. Trabalho e estrutura social no capitalismo

No capitalismo, o trabalho assume forma social mediada por relações de mercado, nas quais a força de trabalho se torna mercadoria. Marx (2013) descreve esse processo como central para a reprodução do capital, no qual o valor é extraído a partir da exploração da força de trabalho. Harvey (2010) acrescenta que essa lógica se expande para múltiplas esferas da vida social.

A condição humana, nesse cenário, é redefinida por relações de dependência econômica que moldam a existência cotidiana. O trabalhador não apenas produz mercadorias, mas também reproduz continuamente as condições que o subordinam ao sistema.

2.6.4. Mercado como coordenação social em Hayek

Em contraste com a crítica marxiana, Friedrich Hayek interpreta o mercado como mecanismo de coordenação social capaz de integrar ações individuais dispersas. Hayek (1960) argumenta que o sistema de preços transmite informações que permitem decisões descentralizadas sem necessidade de planejamento central. Flew (2006) observa que essa visão transforma o mercado em espaço de liberdade institucionalizada.

Nessa perspectiva, o trabalho não aparece como forma de alienação, mas como expressão de escolhas individuais dentro de um ambiente competitivo. A coordenação



econômica emerge da interação entre agentes que buscam maximizar seus interesses em um sistema regulado por regras gerais.

2.6.5. Condição humana entre exploração e coordenação

A contraposição entre Marx e Hayek revela duas interpretações distintas da condição humana no contexto do trabalho. Em Marx, o trabalho alienado expressa uma forma histórica de exploração que compromete a realização do ser humano, enquanto em Hayek o mercado representa um sistema que possibilita coordenação eficiente das ações individuais. Boettke (2016) enfatiza que essa diferença reflete visões opostas sobre liberdade e organização social.

Peck (2013) e Venugopal (2015) indicam que essa tensão permanece relevante nas discussões contemporâneas sobre neoliberalismo e crítica ao capitalismo. A análise dessas perspectivas evidencia que o trabalho pode ser interpretado tanto como espaço de emancipação potencial quanto como mecanismo de integração social mediado por instituições de mercado.

A condição humana, nesse debate, emerge como campo de disputa teórica entre alienação estrutural e coordenação espontânea, revelando a complexidade das formas pelas quais a modernidade organiza a vida produtiva.

2.7. O PAPEL DO ESTADO E OS LIMITES DA INTERVENÇÃO ESTATAL

A discussão sobre o papel do Estado ocupa posição decisiva no confronto entre Karl Marx e Friedrich Hayek, pois revela concepções antagônicas acerca da relação entre poder político e estrutura econômica. Em Marx (2010), o Estado não se apresenta como instância neutra, mas como forma histórica vinculada às relações de produção que sustentam determinada organização social. Fine e Saad-Filho (2010) observam que essa perspectiva desloca o Estado da condição de árbitro para a de componente ativo na reprodução das desigualdades capitalistas.

No pensamento marxiano, a aparência de autonomia estatal encobre vínculos estruturais com a classe dominante, que orienta as direções fundamentais da vida social. Marx e Engels (2007) indicam que o Estado moderno reflete interesses materiais específicos, mesmo quando se apresenta como representante do bem comum. Essa leitura permite compreender a política como expressão das contradições econômicas subjacentes.

2.7.1. O Estado como expressão das relações de classe em Marx

A análise marxista concebe o Estado como produto histórico das relações de classe, funcionando como instrumento de manutenção da ordem social vigente. Marx (2013) sugere

que as instituições políticas não podem ser separadas das condições materiais que lhes dão origem, pois estas determinam suas funções e limites. Martins (2020) destaca que essa interpretação insere o Estado no interior da crítica da economia política.

O poder estatal, nesse horizonte, não atua de maneira independente, mas como mediação das contradições entre capital e trabalho. Keller (2018) observa que a estrutura estatal contribui para a reprodução da alienação, ao garantir a continuidade das relações de propriedade que sustentam a desigualdade social.

2.7.2. Crítica marxista à neutralidade institucional

A noção de neutralidade estatal é amplamente questionada na tradição marxista, que identifica nas instituições políticas a presença de interesses historicamente determinados. Marx e Engels (2010) afirmam que as formas jurídicas e políticas refletem a base econômica da sociedade, ainda que de maneira indireta e mediada. Ranieri (2001) reforça que essa mediação não elimina a função do Estado na manutenção das estruturas de dominação.

Essa crítica implica a recusa da ideia de que o Estado possa atuar como árbitro imparcial entre interesses sociais divergentes. Em vez disso, ele aparece como espaço de condensação de forças sociais desiguais, cuja atuação tende a preservar as condições de reprodução do capital.

2.7.3. O Estado e os riscos da centralização em Hayek

No pensamento de Friedrich Hayek, o Estado assume papel ambivalente, sendo necessário para a manutenção das regras gerais da ordem social, mas perigoso quando ultrapassa limites institucionais. Hayek (1960) argumenta que a expansão do planejamento estatal compromete a liberdade individual ao concentrar decisões econômicas e políticas em uma autoridade central. Boettke (2016) observa que essa crítica se intensifica no contexto das experiências de economias planificadas do século XX.

A preocupação central reside na capacidade limitada de qualquer governo em lidar com a complexidade das informações dispersas na sociedade. Caldwell (2016) enfatiza que essa limitação epistemológica fundamenta a defesa de instituições descentralizadas como alternativa à intervenção estatal extensiva.

2.7.4. Planejamento estatal e ameaça à liberdade individual

A crítica de Hayek ao planejamento central está diretamente vinculada à defesa da liberdade individual como princípio organizador da sociedade. Hayek (1973) sustenta que



sistemas altamente centralizados tendem a restringir a autonomia dos indivíduos ao impor decisões uniformes sobre contextos diversos. Flew (2006) destaca que essa crítica se insere na tradição liberal que valoriza a espontaneidade das interações sociais.

O planejamento estatal, nesse sentido, não apenas compromete a eficiência econômica, mas também altera a estrutura das relações sociais ao substituir escolhas descentralizadas por decisões hierarquizadas. Essa transformação é interpretada como risco estrutural à liberdade política.

2.7.5. Estado entre emancipação e coordenação social

A comparação entre Marx e Hayek revela duas interpretações inconciliáveis sobre os limites da intervenção estatal. Em Marx, o Estado é elemento integrado às estruturas de dominação e sua transformação depende da superação das bases econômicas que o sustentam. Harvey (2010) observa que essa perspectiva permanece relevante para compreender as crises contemporâneas do capitalismo.

Em Hayek, o Estado deve ser restringido a funções normativas gerais, preservando a autonomia dos indivíduos e o funcionamento da ordem espontânea de mercado. Peck (2013) e Venugopal (2015) indicam que esse modelo influenciou profundamente as formas contemporâneas de governança econômica.

A tensão entre essas duas perspectivas evidencia que o Estado permanece como categoria central na análise das sociedades modernas, oscilando entre instrumento de transformação estrutural e mecanismo de coordenação institucional.

2.8. CAPITALISMO, PROGRESSO SOCIAL E DESIGUALDADE

A leitura do capitalismo como forma histórica de organização social exige atenção às suas ambiguidades internas, sobretudo quando confronta projetos teóricos que divergem quanto ao sentido do progresso e da desigualdade. Em *O Capital*, Marx interpreta o desenvolvimento econômico como processo marcado pela expansão das forças produtivas, mas simultaneamente pela intensificação das contradições sociais que estruturam a vida sob o regime da propriedade privada. A promessa de avanço material convive com a produção contínua de assimetrias que reorganizam o espaço social em camadas desiguais de acesso ao produto do trabalho coletivo.

2.8.1. Marx: contradições estruturais do capitalismo e produção da desigualdade

Na crítica marxiana, especialmente em *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o capitalismo não pode ser compreendido como simples sistema de eficiência produtiva, pois sua

lógica interna depende da separação entre trabalhador e meios de produção. Essa separação gera uma forma específica de desigualdade que não se reduz à distribuição de renda, mas atravessa a constituição da própria subjetividade social. O progresso econômico, nesse quadro, aparece inseparável da alienação, já que o aumento da riqueza social não se converte automaticamente em ampliação da autonomia humana.

O dinamismo capitalista, ao reorganizar constantemente o trabalho, também redefine as formas de exploração. Em *A Ideologia Alemã*, a história é concebida como processo material no qual as relações econômicas moldam consciências e instituições, impedindo que o crescimento produtivo seja interpretado como trajetória linear de emancipação. A desigualdade, portanto, emerge como resultado estrutural de um sistema que necessita da diferença entre classes para se reproduzir.

2.8.2. Hayek: mercado, coordenação espontânea e eficiência informacional

Em contraste, Friedrich Hayek constrói uma interpretação na qual o capitalismo se apresenta como mecanismo de coordenação descentralizada baseado na dispersão do conhecimento social. Em *O Caminho da Servidão*, a crítica ao planejamento central enfatiza que nenhuma instância estatal seria capaz de reunir a totalidade das informações necessárias para organizar racionalmente a economia. O mercado, nesse contexto, não apenas distribui recursos, mas processa informações de maneira mais eficiente do que qualquer forma de direção centralizada.

Essa concepção é aprofundada em *Law, Legislation and Liberty*, onde a ordem espontânea surge como categoria central para explicar como normas e preços se formam sem necessidade de controle unificado. A desigualdade, nesse horizonte, não representa falha estrutural, mas expressão inevitável da diversidade de escolhas individuais e da assimetria de capacidades entre agentes econômicos.

2.8.3. Progresso social entre emancipação e eficiência

O debate entre Marx e Hayek desloca o significado de progresso social para dois eixos inconciliáveis. Para Marx, progresso implica transformação das condições materiais que sustentam a exploração, permitindo a superação da alienação e a construção de relações sociais não mediadas pela lógica da mercadoria. Para Hayek, progresso está associado à ampliação da liberdade de ação dentro de um sistema que permite experimentação contínua e adaptação institucional.



Essa divergência produz duas formas distintas de interpretar a mesma dinâmica histórica. O crescimento econômico pode ser lido, simultaneamente, como ampliação das capacidades produtivas e como aprofundamento das desigualdades estruturais. A chave interpretativa depende do modo como se concebe a relação entre liberdade, mercado e organização social.

2.8.4. Desigualdade como categoria crítica ou funcional

A desigualdade ocupa posição central na distinção entre os dois projetos teóricos. Em Marx, ela é expressão direta da forma como o trabalho é apropriado e transformado em capital, constituindo um mecanismo de reprodução da dominação social. Em Hayek, ela aparece como consequência funcional da liberdade econômica, operando como incentivo à inovação e à diferenciação produtiva.

Essa diferença implica duas leituras sobre a legitimidade das disparidades sociais. Enquanto a crítica marxiana enfatiza a necessidade de transformação estrutural para eliminar as bases da desigualdade, a perspectiva hayekiana tende a compreendê-la como elemento inevitável de sistemas complexos que dependem da liberdade individual para funcionar adequadamente.

2.8.5. Capitalismo como campo de disputa teórica e política

O capitalismo, enquanto objeto teórico, não se apresenta como realidade homogênea, mas como campo de interpretações conflitantes que refletem diferentes concepções de sociedade. Em Marx, ele é atravessado por contradições que apontam para sua historicidade e possível superação. Em Hayek, ele é defendido como arranjo institucional superior na coordenação de ações dispersas.

Essa oposição não elimina pontos de convergência analítica, sobretudo no reconhecimento de que o sistema econômico moderno depende de processos dinâmicos de transformação contínua. Entretanto, o significado atribuído a esses processos varia profundamente, produzindo duas gramáticas teóricas que seguem estruturando debates contemporâneos sobre crescimento, desigualdade e organização social.

Em Marx, essa dinâmica assume feição contraditória, pois o próprio movimento de expansão do capital contém tensões internas que reorganizam permanentemente as condições de exploração e as formas de resistência social, fazendo com que a mudança histórica não se apresente como trajetória linear de aperfeiçoamento, mas como campo de disputas materiais atravessado por conflitos de classe.



Em Hayek, por sua vez, a mesma dinâmica é interpretada como expressão da capacidade adaptativa dos mercados, nos quais a inovação e a concorrência funcionam como mecanismos de descoberta que dependem justamente da ausência de coordenação centralizada, conferindo à instabilidade econômica um papel funcional na produção de ordem espontânea.

A divergência não se limita à avaliação normativa do capitalismo, mas alcança o próprio modo de compreender a historicidade das instituições econômicas, já que aquilo que para uma tradição aparece como crise estrutural, para outra se manifesta como condição de funcionamento de sistemas complexos baseados na dispersão do conhecimento social.

2.9. ATUALIDADE DO DEBATE: LIBERDADE, JUSTIÇA SOCIAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A atualidade do debate sobre liberdade e justiça social ganha contornos particularmente complexos quando inserida no cenário de transformações estruturais do capitalismo contemporâneo. Peck (2013) e Venugopal (2015) indicam que a expansão das racionalidades neoliberais redefiniu não apenas o papel do Estado, mas também os modos pelos quais a liberdade é interpretada nas sociedades de mercado, deslocando o eixo da proteção coletiva para a centralidade da responsabilização individual. Nesse ambiente intelectual e político, as tensões entre igualdade e liberdade deixam de ser meramente abstratas e passam a operar como forças organizadoras de políticas públicas, decisões econômicas e disputas discursivas em escala global.

A intensificação das desigualdades sociais nas últimas décadas recoloca a crítica marxiana em diálogo direto com diagnósticos contemporâneos sobre concentração de riqueza. Harvey (2010) analisa que o capitalismo contemporâneo reorganiza crises recorrentes como mecanismos de acumulação, ampliando assimetrias estruturais que se manifestam na distribuição desigual de renda e oportunidades. Esse movimento reforça a leitura de Marx segundo a qual o desenvolvimento econômico carrega contradições internas que não se dissolvem espontaneamente pelo crescimento da produtividade.

No campo oposto, a tradição associada a Hayek interpreta o dinamismo econômico como resultado da coordenação descentralizada de informações dispersas. Boettke (2016) destaca que a defesa da liberdade de mercado em Hayek não se limita a um princípio normativo, mas se ancora em uma concepção epistemológica da limitação do conhecimento centralizado. Essa perspectiva sustenta que intervenções excessivas podem distorcer sinais econômicos e comprometer a eficiência do sistema de preços.



A globalização contemporânea intensifica tanto os argumentos críticos quanto as defesas do livre mercado. Venugopal (2015) observa que o neoliberalismo se tornou uma categoria analítica indispensável para compreender a reconfiguração das relações entre Estado, mercado e sociedade em escala transnacional. Nesse contexto, cadeias produtivas fragmentadas e fluxos financeiros desregulados produzem ganhos de eficiência ao mesmo tempo em que ampliam vulnerabilidades sociais em diferentes regiões do planeta.

A questão da justiça social reaparece como eixo de disputa teórica e prática, sobretudo diante da persistência de desigualdades estruturais. Arthur (2004) sugere que a crítica da economia política marxiana permanece relevante ao revelar como formas de dominação econômica se naturalizam nas relações sociais cotidianas. A ideia de emancipação humana, nesse horizonte, não se reduz a indicadores econômicos, mas envolve a superação de formas de subordinação que atravessam trabalho, subjetividade e reconhecimento social.

A defesa hayekiana da liberdade individual, por sua vez, desloca o foco da justiça distributiva para a preservação de esferas de decisão autônomas. Caldwell (2000) interpreta que, para Hayek, a ordem social emerge de processos espontâneos que não podem ser plenamente planejados sem perda de complexidade e eficiência. Essa concepção sustenta uma desconfiança estrutural em relação ao planejamento centralizado, especialmente em contextos de alta complexidade econômica.

A intervenção estatal permanece como um dos pontos mais sensíveis desse debate. Flew (2006) argumenta que a leitura liberal clássica associada a Hayek enfatiza os riscos de expansão contínua do poder estatal sobre a vida econômica e social. Nesse horizonte, o Estado deveria atuar como garantidor de regras gerais, evitando a substituição das dinâmicas de mercado por decisões administrativas discricionárias.

Em contrapartida, a tradição marxista interpreta o Estado como expressão das relações materiais de produção. Fine e Saad-Filho (2010) indicam que, em Marx, as instituições políticas não são neutras, mas refletem e reproduzem estruturas econômicas específicas, especialmente aquelas ligadas à propriedade e ao controle dos meios de produção. Essa leitura desloca o debate da neutralidade institucional para a análise das condições históricas que moldam o poder político.

A concentração de renda, fenômeno recorrente no capitalismo contemporâneo, reforça a atualidade das críticas estruturais. Harvey (2010) observa que os ciclos de crise tendem a reorganizar desigualdades, frequentemente intensificando a transferência de riqueza para segmentos já privilegiados. Esse processo desafia narrativas de equilíbrio automático dos mercados e recoloca a questão da regulação como tema central.

No campo das políticas sociais, a tensão entre universalização de direitos e eficiência econômica torna-se cada vez mais evidente. Peck (2013) sugere que o neoliberalismo reconfigura o próprio significado de cidadania, associando direitos sociais à lógica de desempenho e competitividade. Essa reinterpretação desloca o horizonte da proteção coletiva para modelos de gestão orientados por métricas de produtividade.

A análise comparativa entre Marx e Hayek revela que ambos partem de diagnósticos distintos sobre o funcionamento do capitalismo, ainda que reconheçam sua centralidade histórica. Arthur (2004) indica que a crítica marxiana enfatiza a dimensão conflitiva das relações econômicas, enquanto Hayek privilegia a coordenação espontânea como fundamento da ordem social. Essa divergência produz consequências diretas na formulação de políticas públicas e na compreensão do papel das instituições.

Os desafios contemporâneos de desenvolvimento econômico expõem a dificuldade de conciliar crescimento, liberdade e equidade. Venugopal (2015) aponta que o neoliberalismo se consolidou como matriz dominante de organização econômica, mesmo diante de críticas recorrentes relacionadas à desigualdade e à instabilidade social. Esse cenário evidencia a permanência de disputas teóricas não resolvidas entre diferentes modelos de racionalidade econômica.

A persistência das crises financeiras globais reforça a necessidade de reavaliar os limites da autorregulação dos mercados. Harvey (2010) interpreta essas crises como manifestações estruturais do próprio funcionamento do capitalismo, e não como desvios pontuais. Tal leitura amplia o escopo da crítica ao deslocar o foco de falhas conjunturais para contradições sistêmicas.

Por outro lado, a defesa da liberdade econômica continua a sustentar políticas de abertura de mercados e redução de barreiras regulatórias. Boettke (2016) ressalta que a tradição hayekiana influenciou profundamente o liberalismo contemporâneo, especialmente na valorização da competição como mecanismo de descoberta de informação. Essa perspectiva mantém sua relevância em debates sobre inovação, crescimento e eficiência institucional.

A articulação entre liberdade e justiça social permanece como problema teórico e político de difícil resolução. Peck (2013) e Arthur (2004) convergem ao indicar que as formas contemporâneas de organização econômica produzem simultaneamente oportunidades de dinamismo e estruturas persistentes de desigualdade, mantendo aberto o campo de disputa entre modelos de desenvolvimento orientados pelo mercado e aqueles centrados na transformação das relações sociais.



2.9.1. Globalização, reestruturação econômica e novas desigualdades

A globalização contemporânea redesenha profundamente os circuitos de produção, circulação e consumo, produzindo formas inéditas de interdependência entre economias nacionais. Venugopal (2015) e Peck (2013) indicam que esse processo não ocorre de maneira neutra, mas articulado a uma racionalidade política que reorganiza o papel do Estado e redefine os limites da intervenção pública. Nesse cenário, observa-se a intensificação de desigualdades estruturais que não se explicam apenas por diferenças locais de desenvolvimento, mas por dinâmicas sistêmicas de acumulação em escala global.

A expansão das cadeias produtivas transnacionais reforça a concentração de renda em centros financeiros e tecnológicos, ao mesmo tempo em que fragiliza economias periféricas. Harvey (2010) interpreta esse movimento como expressão das contradições internas do capitalismo, no qual períodos de expansão são acompanhados por reorganizações assimétricas da riqueza. O resultado é uma geografia econômica marcada por dependências assimétricas e vulnerabilidades recorrentes.

2.9.2. Estado, regulação e disputas sobre o papel da intervenção pública

O papel do Estado constitui um dos eixos centrais do debate contemporâneo entre liberdade econômica e justiça social. Flew (2006) destaca que a tradição liberal inspirada em Hayek concebe a intervenção estatal como potencial fonte de distorções no funcionamento dos mercados, sobretudo quando ultrapassa a função de garantir regras gerais. Essa perspectiva sustenta uma defesa da limitação institucional do poder político sobre a economia.

Em contraste, a crítica marxista compreende o Estado como elemento estrutural das relações de produção. Fine e Saad-Filho (2010) argumentam que as instituições estatais não se situam acima da sociedade econômica, mas expressam interesses historicamente constituídos. Essa leitura reposiciona o Estado não como árbitro neutro, mas como componente ativo na reprodução das desigualdades sociais.

2.9.3. Liberdade individual e racionalidade econômica contemporânea

A noção de liberdade individual permanece como ponto de tensão entre diferentes tradições teóricas. Boettke (2016) observa que, na perspectiva hayekiana, a liberdade se associa à descentralização das decisões econômicas e à confiança nos mecanismos de mercado como sistemas de coordenação de informação dispersa. Essa concepção atribui ao indivíduo um papel central na produção de ordem social.

No entanto, Arthur (2004) sugere que a crítica marxiana questiona os limites dessa liberdade quando inserida em relações sociais marcadas pela desigualdade estrutural. A autonomia individual, nesse contexto, não pode ser compreendida sem a análise das condições materiais que a sustentam ou restringem. O problema da liberdade, portanto, desloca-se do plano formal para a esfera concreta das relações sociais.

2.9.4. Justiça social, redistribuição e tensões contemporâneas

A discussão sobre justiça social adquire centralidade diante da persistência de desigualdades econômicas e sociais em escala global. Harvey (2010) indica que os mecanismos de acumulação capitalista tendem a reproduzir ciclos de concentração de riqueza, mesmo em contextos de crescimento econômico. Esse fenômeno desafia modelos que associam automaticamente desenvolvimento à redução de desigualdades.

Peck (2013) argumenta que as políticas neoliberais reconfiguram a noção de justiça, deslocando-a para critérios de eficiência e desempenho individual. Nesse modelo, direitos sociais passam a ser reinterpretados sob lógica de competitividade, o que redefine profundamente o sentido de proteção social e redistribuição.

2.9.5. Desenvolvimento econômico, inovação e contradições estruturais

Os debates contemporâneos sobre desenvolvimento econômico revelam a coexistência de interpretações divergentes sobre crescimento, inovação e desigualdade. Venugopal (2015) observa que o neoliberalismo consolidou uma narrativa segundo a qual a abertura de mercados e a desregulação seriam motores fundamentais do progresso econômico global. Essa visão enfatiza a eficiência sistêmica e a capacidade adaptativa dos mercados.

Por outro lado, Fine e Saad-Filho (2010) evidenciam que o desenvolvimento capitalista é atravessado por contradições internas que geram desigualdades persistentes. A inovação tecnológica e o aumento da produtividade não se distribuem de maneira homogênea, produzindo assimetrias entre setores, regiões e grupos sociais.

A articulação entre crescimento econômico e desigualdade permanece, portanto, como problema estrutural do capitalismo contemporâneo. Arthur (2004) reforça que a crítica da economia política continua relevante ao revelar que o desenvolvimento não pode ser compreendido apenas por indicadores quantitativos, mas exige análise das relações sociais que o sustentam.

2.10. FILÓSOFOS E CORRENTES TEÓRICAS SOBRE PROPRIEDADE PRIVADA, LIBERDADE INDIVIDUAL E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A tradição crítica inaugurada por Karl Marx estabelece uma leitura estrutural da propriedade privada como elemento organizador das relações sociais modernas. Marx (2010) sustenta que a forma jurídica da propriedade encobre vínculos materiais de exploração, nos quais o trabalho humano se encontra submetido à lógica de valorização do capital. Nesse arranjo, a vida social passa a ser mediada por estruturas econômicas que moldam comportamentos, expectativas e formas de consciência.

O conceito de alienação ocupa papel central na análise marxiana da condição do trabalhador no interior do capitalismo. Chagas (2018) argumenta que esse fenômeno não se restringe ao processo produtivo, alcançando também dimensões existenciais e simbólicas da experiência humana. A separação entre atividade vital e realização pessoal produz um distanciamento entre o indivíduo e sua própria essência social.

A crítica à propriedade privada em Marx articula economia política e filosofia histórica de maneira inseparável. Fine e Saad-Filho (2010) indicam que a estrutura produtiva constitui o núcleo explicativo das formas sociais, determinando padrões de desigualdade e dominação. A superação do capitalismo, nesse horizonte, exige transformação das bases materiais da sociedade.

Friedrich Hayek, por sua vez, constrói uma interpretação distinta da ordem social, centrada na dispersão do conhecimento e na coordenação espontânea dos mercados. Hayek (1960) defende que nenhuma instância central possui capacidade informacional suficiente para organizar racionalmente a vida econômica. Essa limitação epistemológica fundamenta sua defesa da liberdade individual como princípio estruturante.

Na perspectiva hayekiana, a propriedade privada desempenha função essencial na manutenção da liberdade econômica e da ordem social. Boettke (2016) observa que o sistema de preços atua como mecanismo de comunicação entre agentes dispersos, permitindo coordenação sem planejamento centralizado. Esse funcionamento é entendido como base da eficiência e da estabilidade econômica.

A crítica ao coletivismo constitui elemento recorrente na obra de Hayek, especialmente na análise dos riscos do planejamento estatal. Flew (2006) destaca que a expansão do poder governamental sobre a economia tende a comprometer a autonomia individual e a diversidade de escolhas. Esse diagnóstico sustenta uma defesa consistente da limitação da intervenção pública.



A filosofia hegeliana exerce influência decisiva na formação do pensamento marxista, especialmente no que diz respeito à concepção de história. Hegel (1807) compreende a realidade como processo dialético marcado por contradições e superações sucessivas. Marx reaproveita essa estrutura lógica ao deslocá-la para a esfera material das relações sociais.

A dialética hegeliana permite interpretar a sociedade como totalidade dinâmica em constante transformação. Martins (2020) aponta que Marx reformula essa abordagem ao substituir o idealismo filosófico por uma análise centrada nas condições materiais de existência. Esse movimento marca a transição da especulação filosófica para a crítica da economia política.

Feuerbach contribui de maneira significativa para a formação do pensamento marxiano ao desenvolver uma crítica ao idealismo religioso e filosófico. Feuerbach (1841) interpreta a religião como projeção das capacidades humanas em entidades abstratas, abrindo caminho para uma antropologia materialista. Essa inversão influencia diretamente a formulação da noção de alienação.

A crítica feuerbachiana possibilita a Marx deslocar o foco da consciência para as condições concretas de vida. Serrano (2018) observa que essa mudança estabelece as bases de uma concepção materialista da história, na qual o humano é compreendido como produto de relações sociais historicamente determinadas. Esse deslocamento redefine a compreensão da subjetividade.

Adam Smith ocupa posição fundamental na tradição do liberalismo econômico ao formular uma teoria baseada na divisão do trabalho e na coordenação espontânea dos mercados. Smith (1776) entende que o interesse individual, quando mediado por instituições adequadas, pode gerar equilíbrio social e crescimento econômico. Essa ideia influencia profundamente o pensamento econômico posterior.

A leitura contemporânea de Smith enfatiza sua contribuição para a compreensão da ordem espontânea. Hayek (1973) recupera essa tradição ao argumentar que instituições econômicas emergem de processos não planejados, resultado da interação entre múltiplos agentes. Essa perspectiva reforça a defesa da descentralização das decisões econômicas.

Ludwig von Mises aprofunda a defesa da racionalidade do mercado ao sustentar a impossibilidade do cálculo econômico no socialismo. Mises (1920) afirma que, sem preços formados em mercados livres, a alocação eficiente de recursos se torna inviável. Essa tese exerce forte influência sobre a formulação teórica de Hayek.

John Stuart Mill amplia o liberalismo clássico ao introduzir uma concepção mais refinada de liberdade individual e limites da autoridade estatal. Mill (1859) defende que a



intervenção só se justifica quando há prejuízo direto a terceiros, consolidando um princípio central do liberalismo moderno. Essa formulação repercute amplamente nos debates contemporâneos sobre direitos civis.

Alexis de Tocqueville analisa a democracia moderna a partir das tensões entre igualdade e liberdade política. Tocqueville (1835) identifica riscos de centralização administrativa mesmo em contextos democráticos, nos quais a uniformização social pode enfraquecer a autonomia individual. Essa preocupação antecipa debates posteriores sobre expansão estatal.

Antonio Gramsci amplia a tradição marxista ao introduzir o conceito de hegemonia cultural como forma de dominação social. Gramsci (1971) argumenta que o poder se exerce também por meio da produção de consenso, atravessando instituições culturais e políticas. Essa abordagem amplia o escopo da crítica marxista para além da economia.

Herbert Marcuse aprofunda a crítica à sociedade industrial avançada ao analisar novas formas de controle social. Marcuse (1964) sustenta que a racionalidade tecnológica pode produzir integração dos indivíduos ao sistema, reduzindo espaços de negatividade e contestação. Essa leitura atualiza a crítica da alienação em contextos contemporâneos.

Isaiah Berlin propõe distinção influente entre liberdade negativa e liberdade positiva, reorganizando debates filosóficos sobre autonomia. Berlin (1958) define liberdade negativa como ausência de interferência externa, enquanto a liberdade positiva envolve autodeterminação e autorrealização. Essa distinção oferece instrumentos conceituais para interpretar divergências entre Marx e Hayek.

John Rawls desenvolve uma teoria da justiça que busca conciliar liberdade e igualdade sob princípios institucionais equitativos. Rawls (1971) propõe critérios de organização social que priorizam direitos básicos e a melhoria da posição dos menos favorecidos. Essa abordagem influencia profundamente o liberalismo contemporâneo.

A análise comparativa entre Marx e Hayek evidencia divergências estruturais sobre a natureza da propriedade privada e da organização social. Marx (2010) enfatiza as contradições do capitalismo e seus efeitos sobre a desigualdade, enquanto Hayek (1960) destaca a importância da ordem espontânea e da liberdade individual como fundamentos da coordenação social.

As interpretações contemporâneas indicam que essas tradições continuam a estruturar debates sobre desigualdade e desenvolvimento econômico. Venugopal (2015) observa que o neoliberalismo reorganiza categorias clássicas ao redefinir o papel do Estado e do mercado em escala global. Esse processo intensifica disputas teóricas sobre justiça social.



A organização social atual reflete a convivência tensionada entre diferentes modelos normativos de sociedade. Peck (2013) analisa que racionalidades neoliberais remodelam instituições e subjetividades, influenciando políticas públicas e formas de cidadania. Esse cenário amplia a complexidade das escolhas coletivas.

A crítica marxista permanece relevante ao evidenciar a persistência de desigualdades estruturais no capitalismo contemporâneo. Fine e Saad-Filho (2010) demonstram que a dinâmica de acumulação continua a produzir assimetrias econômicas profundas, mesmo em contextos de crescimento.

A defesa hayekiana da liberdade mantém influência significativa em debates sobre eficiência, inovação e coordenação econômica. Boettke (2016) ressalta que a descentralização das decisões continua sendo argumento central para políticas orientadas ao mercado. Essa perspectiva preserva sua relevância institucional.

O conjunto dessas tradições revela um campo teórico marcado por tensões persistentes entre liberdade, igualdade e formas de organização social. Arthur (2004) sugere que essas disputas não se encerram em sínteses definitivas, permanecendo como eixo estruturante da teoria social contemporânea e das reflexões sobre propriedade, Estado e desenvolvimento.

2.10.1. Karl Marx: alienação, crítica à propriedade privada e emancipação humana

A crítica marxiana ao capitalismo estrutura-se a partir da compreensão de que a organização econômica moderna reorganiza a vida social em torno da produção de mercadorias. Marx (2010) analisa que a propriedade privada dos meios de produção não representa apenas um instituto jurídico, mas uma forma histórica de dominação que condiciona o trabalho e a subjetividade. Nesse contexto, o trabalhador aparece separado dos resultados de sua própria atividade, o que transforma a produção em um processo de expropriação contínua.

A noção de alienação ocupa lugar central nessa interpretação, uma vez que expressa a ruptura entre o indivíduo e sua atividade vital. Chagas (2018) interpreta que, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, essa alienação não se restringe ao âmbito produtivo, mas se estende à própria constituição do ser humano enquanto sujeito social. O trabalho, nesse cenário, deixa de ser realização e passa a operar como imposição externa.

A crítica da propriedade privada em Marx assume dimensão estrutural, pois envolve a análise das relações sociais que sustentam a acumulação de capital. Fine e Saad-Filho (2010) destacam que essa crítica revela como a forma de propriedade organiza desigualdades e define



posições sociais distintas. A economia política, nesse sentido, deixa de ser descrição neutra e passa a ser investigação das bases materiais da dominação.

A emancipação humana, nesse horizonte teórico, não se limita à ampliação de direitos formais, mas envolve transformação profunda das condições materiais de existência. Arthur (2004) sugere que a crítica marxiana aponta para a superação das formas de subordinação geradas pelo modo de produção capitalista. Essa superação implica reorganização das relações sociais e do próprio significado do trabalho.

O comunismo, nesse quadro, aparece como horizonte de reorganização social no qual a propriedade privada dos meios de produção seria abolida. Marx e Engels (2010) concebem essa transformação como resultado histórico das contradições internas do capitalismo. A emancipação, portanto, não é apenas ideal normativo, mas processo inscrito nas tensões do desenvolvimento econômico.

2.10.2. Friedrich Hayek: liberdade individual, ordem espontânea e crítica ao coletivismo

O pensamento de Friedrich Hayek estrutura-se em torno da defesa da liberdade individual como princípio organizador da vida social. Hayek (1960) argumenta que a ordem social não pode ser planejada de maneira centralizada, pois o conhecimento necessário para tal tarefa encontra-se disperso entre os indivíduos. Essa limitação epistemológica fundamenta sua crítica às economias planificadas.

A ideia de ordem espontânea ocupa papel central em sua teoria, descrevendo processos sociais que emergem da interação entre agentes sem coordenação central. Boettke (2016) observa que, para Hayek, o sistema de preços funciona como mecanismo de transmissão de informações, permitindo ajustes contínuos na economia. Essa dinâmica substitui a necessidade de direção estatal direta.

A crítica ao coletivismo se apoia na preocupação com a concentração de poder político e econômico nas mãos do Estado. Flew (2006) destaca que Hayek associa o planejamento central a riscos de restrição das liberdades individuais e de uniformização das escolhas sociais. Essa perspectiva sustenta uma defesa consistente da limitação da intervenção estatal.

A propriedade privada, nesse contexto, é compreendida como instituição essencial para a preservação da autonomia individual. Hayek (1973) sustenta que a dispersão do poder econômico impede a formação de estruturas coercitivas centralizadas. O mercado, portanto, aparece como espaço de coordenação descentralizada.



A liberdade, na perspectiva hayekiana, está diretamente vinculada à possibilidade de escolha dentro de um sistema competitivo. Caldwell (2000) interpreta que essa concepção rejeita modelos de planejamento que pretendem substituir a dinâmica dos mercados por decisões administrativas. A ordem social emerge, nesse sentido, como resultado não intencional das ações individuais.

2.10.3. Georg Wilhelm Friedrich Hegel: dialética e influência na formação do pensamento marxista

A filosofia de Hegel fornece o arcabouço conceitual a partir do qual Marx desenvolve sua crítica da economia política. Hegel (1807) concebe a realidade como processo histórico marcado por contradições que se resolvem em níveis superiores de síntese. Essa estrutura dialética influencia profundamente a interpretação marxiana da história.

A dialética hegeliana não se limita a uma lógica abstrata, mas constitui uma forma de compreender o movimento da realidade social. Martins (2020) observa que Marx adapta essa concepção ao deslocá-la do plano ideal para a materialidade das relações econômicas. O conflito passa a ser interpretado como expressão das condições materiais de existência.

A noção de totalidade desempenha papel decisivo nessa herança filosófica. Hegel (1807) entende que os fenômenos só podem ser compreendidos em relação ao conjunto do sistema social e histórico. Marx incorpora essa perspectiva ao analisar o capitalismo como estrutura interdependente.

A superação das contradições, na dialética hegeliana, ocorre por meio de um movimento histórico interno ao próprio sistema. Arthur (2004) destaca que Marx reinterpreta esse processo como resultado de tensões econômicas concretas, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho e à propriedade. A história passa a ser lida como dinâmica de conflitos materiais.

A influência hegeliana permanece visível na concepção marxista de transformação social. Marx (2010) desloca a dialética para o campo das relações de produção, transformando-a em instrumento de crítica do capitalismo. Esse movimento marca a passagem da filosofia idealista para a análise materialista da sociedade.

2.10.4. Ludwig Feuerbach: humanismo e crítica filosófica como fundamento dos Manuscritos Econômico-Filosóficos

A filosofia de Ludwig Feuerbach exerce influência significativa sobre o desenvolvimento inicial do pensamento de Marx. Feuerbach (1841) critica a religião como



projeção das qualidades humanas em entidades abstratas, propondo uma recuperação da centralidade do humano. Essa crítica ao idealismo abre espaço para uma abordagem materialista.

O humanismo feuerbachiano contribui para a formulação da noção de alienação nos escritos de Marx. Serrano (2018) observa que a crítica à religião é transposta para a esfera econômica, na qual o trabalhador se vê separado de sua própria atividade produtiva. Essa transferência amplia o alcance da crítica filosófica.

A ênfase na essência humana como realidade concreta substitui explicações baseadas em entidades metafísicas. Feuerbach (1841) propõe que o ser humano deve ser compreendido a partir de suas relações sensíveis e materiais. Marx incorpora essa perspectiva ao analisar o trabalho como categoria central.

A crítica ao idealismo filosófico permite a Marx redefinir o papel da consciência na vida social. Martins (2020) destaca que a consciência deixa de ser ponto de partida e passa a ser resultado das condições materiais de existência. Essa inversão é fundamental para a construção do materialismo histórico.

A influência feuerbachiana também se manifesta na preocupação com a emancipação humana. Chagas (2018) observa que a libertação, nesse contexto, envolve a superação das formas de alienação que afastam o indivíduo de sua própria atividade vital. O humano é recolocado no centro da análise filosófica.

2.10.5. Adam Smith: propriedade, mercado e liberdade econômica

A obra de Adam Smith constitui um dos pilares do pensamento econômico moderno ao analisar o funcionamento dos mercados e a divisão do trabalho. Smith (1776) descreve o mercado como sistema de coordenação no qual interesses individuais produzem efeitos coletivos não planejados. Essa dinâmica fundamenta a tradição liberal.

A propriedade privada ocupa papel central na organização econômica descrita por Smith. Smith (1776) entende que a segurança da propriedade é condição para o desenvolvimento da atividade produtiva e para a estabilidade das trocas. Essa concepção influencia profundamente o liberalismo posterior.

A liberdade econômica, em sua análise, relaciona-se à possibilidade de os indivíduos perseguirem seus próprios interesses dentro de regras institucionais estáveis. Hayek (1973) retoma essa tradição ao defender que a ordem social emerge de interações descentralizadas. A continuidade entre ambos os autores é frequentemente destacada na literatura econômica.



A divisão do trabalho aparece como elemento fundamental para o aumento da produtividade e da riqueza das nações. Smith (1776) argumenta que a especialização das atividades econômicas amplia a eficiência do sistema produtivo. Essa ideia torna-se central para o desenvolvimento da economia política clássica.

A influência de Smith sobre o pensamento liberal moderno permanece significativa, especialmente em debates sobre mercado e intervenção estatal. Boettke (2016) observa que sua concepção de coordenação espontânea inspira leituras contemporâneas sobre eficiência econômica. Sua obra permanece referência indireta para formulações posteriores do liberalismo econômico.

2.10.6. Ludwig von Mises: mercado, racionalidade econômica e oposição ao socialismo

O pensamento de Ludwig von Mises estabelece uma crítica sistemática ao socialismo ao sustentar que a racionalidade econômica depende da existência de preços formados em mercados livres. Mises (1920) argumenta que, na ausência de propriedade privada dos meios de produção, o cálculo econômico torna-se impossível, pois desaparecem os mecanismos de comparação entre custos e valores. Essa formulação desloca o debate sobre o socialismo do plano moral para uma crítica epistemológica da coordenação econômica. A economia de mercado passa a ser entendida como condição estrutural da racionalidade social.

Em Mises (1949), o mercado não opera apenas como espaço de troca, mas como sistema de coordenação baseado em informação dispersa. Cada decisão individual incorpora sinais de escassez e preferência que não poderiam ser agregados por uma autoridade central. O sistema de preços funciona como linguagem implícita que organiza escolhas sem necessidade de planejamento totalizante. Essa leitura reforça a centralidade do mecanismo mercantil na produção de ordem social.

A crítica ao socialismo, em Mises (1920), não se limita à dimensão técnica, mas alcança a própria possibilidade de organização racional da sociedade sem propriedade privada. O autor sustenta que a supressão do mercado elimina os fundamentos da eficiência econômica, conduzindo a decisões arbitrárias. O problema não reside apenas na distribuição de recursos, mas na ausência de critérios objetivos para alocá-los. Essa tese influenciou diretamente debates posteriores sobre planejamento econômico.

Hayek retoma esse argumento ao desenvolver a ideia de conhecimento disperso, ampliando a crítica misesiana para além do cálculo econômico. Hayek (1973) reconhece em Mises o ponto de partida para sua compreensão do mercado como mecanismo de coordenação



de informações fragmentadas. A impossibilidade de centralização do conhecimento reforça a defesa da ordem espontânea. Nesse movimento teórico, a influência de Mises torna-se estrutura fundamental da escola austríaca.

Boettke (2016) observa que a relação entre Mises e Hayek se configura como continuidade intelectual, especialmente na defesa do liberalismo econômico frente às experiências de planejamento central. O legado misesiano permanece ativo na crítica contemporânea às formas de intervenção estatal. A racionalidade do mercado é reinterpretada como produto de processos descentralizados e evolutivos. Essa tradição sustenta uma concepção de economia baseada na liberdade de escolha e na informação distribuída.

2.10.7. John Stuart Mill: liberdade individual e limites da intervenção estatal

O pensamento de John Stuart Mill ocupa posição central na formulação liberal da liberdade individual como princípio normativo da vida social. Mill (1859) sustenta que a única justificativa legítima para a interferência do poder público sobre o indivíduo reside na proteção contra danos a terceiros. Essa formulação estabelece um critério restritivo para a ação estatal, reforçando a autonomia como valor político fundamental. A liberdade aparece como condição para o desenvolvimento das capacidades humanas.

Em Mill (1859), a diversidade de opiniões e estilos de vida não constitui ameaça à ordem social, mas elemento essencial do progresso intelectual. O confronto entre perspectivas distintas favorece a ampliação do conhecimento e impede a cristalização de verdades dogmáticas. A individualidade é concebida como expressão da pluralidade humana e não como desvio a ser corrigido. Esse horizonte valoriza a experimentação existencial como componente da modernidade liberal.

A defesa da liberdade de expressão, em Mill (1859), representa um dos pilares de sua teoria política, ao sustentar que o silenciamento de opiniões impede a evolução do pensamento social. Mesmo ideias consideradas falsas podem conter elementos de verdade que emergem no confronto público. A esfera pública torna-se espaço de deliberação contínua. Essa concepção fortalece o vínculo entre liberdade e racionalidade crítica.

O limite da intervenção estatal, em Mill (1859), não implica ausência de governo, mas delimitação precisa de suas funções. O Estado deve garantir condições mínimas de justiça e proteção sem substituir a autonomia individual. Essa distinção permite conciliar liberdade com alguma forma de organização institucional. O liberalismo milliano preserva espaço para ações públicas restritas e justificadas.



Skidelsky (2006) interpreta Mill como figura intermediária entre liberalismo clássico e preocupações modernas com justiça social, ao reconhecer tensões entre liberdade e igualdade. Sua obra influencia debates posteriores sobre direitos civis e limites do poder político. A centralidade do indivíduo permanece como eixo estruturante de sua filosofia política. Esse legado repercute em diferentes tradições do pensamento liberal contemporâneo.

2.10.8. Alexis de Tocqueville: democracia, igualdade e riscos da centralização do poder

O pensamento de Alexis de Tocqueville emerge como uma análise sofisticada das transformações provocadas pela expansão da igualdade nas sociedades modernas. Tocqueville (1835) observa que o avanço democrático não conduz automaticamente à liberdade, podendo gerar novas formas de tutela política. A igualdade de condições altera as estruturas tradicionais de autoridade, mas também abre espaço para a concentração administrativa do poder. Essa ambivalência define o núcleo de sua reflexão sobre a democracia.

Em Tocqueville (1835), a centralização estatal aparece como tendência silenciosa que se fortalece sob regimes democráticos, mesmo quando há ampliação formal da participação política. O risco não reside apenas em governos autoritários, mas em uma administração que substitui gradualmente a iniciativa social. A liberdade política, nesse contexto, depende da vitalidade das associações civis e da autonomia local. A descentralização surge como mecanismo de contenção do poder central.

A sociedade democrática, em Tocqueville (1840), pode produzir indivíduos isolados, menos inclinados à ação coletiva e mais dependentes da tutela estatal. Esse processo enfraquece a participação política e favorece a passividade cidadã. O autor identifica uma forma peculiar de despotismo moderno, caracterizado pela suavidade das suas práticas e pela profundidade de sua influência. A liberdade torna-se vulnerável não pela repressão direta, mas pela erosão gradual da iniciativa social.

A liberdade política, em Tocqueville (1835), exige instituições intermediárias capazes de mediar a relação entre indivíduo e Estado. A ausência dessas estruturas favorece a expansão administrativa e reduz a pluralidade de centros de decisão. A democracia, nesse sentido, não se sustenta apenas por eleições, mas por uma arquitetura institucional complexa. O equilíbrio entre igualdade e liberdade torna-se problema permanente.

Keller (2018), ao discutir tradições críticas da modernidade, permite relacionar Tocqueville às preocupações contemporâneas sobre concentração de poder e fragilização da sociedade civil. Sua análise permanece relevante para compreender tensões entre participação



democrática e centralização burocrática. A liberdade política aparece como construção contínua e não como dado institucional fixo. Esse diagnóstico influencia debates atuais sobre governança e democracia liberal.

2.10.9. Antonio Gramsci: hegemonia cultural e ampliação da crítica marxista

O pensamento de Antonio Gramsci amplia o escopo da crítica marxista ao deslocar o eixo da dominação para o campo cultural e institucional. Gramsci (1971) argumenta que o poder das classes dominantes não se sustenta apenas pela coerção econômica, mas pela produção de consenso social. A hegemonia cultural constitui o mecanismo pelo qual valores, normas e visões de mundo são naturalizados. Essa perspectiva redefine o conceito de poder na tradição marxista.

Em Gramsci (1971), a sociedade civil assume papel central como espaço de disputa ideológica, onde se formam consensos que legitimam a ordem vigente. Instituições como escola, mídia e religião participam da construção dessa hegemonia. O Estado não se limita ao aparato coercitivo, mas incorpora dimensões culturais e simbólicas. Essa ampliação analítica desloca a crítica da economia para a totalidade social.

A noção de intelectual orgânico, em Gramsci (1971), indica que toda classe social produz formas de pensamento vinculadas aos seus interesses históricos. Esses intelectuais contribuem para organizar a visão de mundo dominante ou contestá-la. A disputa pela hegemonia ocorre no plano das ideias, mas possui raízes materiais. A cultura torna-se terreno estratégico da luta política.

A transformação social, em Gramsci (1971), exige construção de uma contra-hegemonia capaz de desafiar as estruturas simbólicas dominantes. A revolução não se limita ao momento insurrecional, mas envolve processos prolongados de disputa cultural. Essa concepção introduz uma dimensão gradualista na tradição marxista. O poder é compreendido como relação difusa e não como estrutura exclusivamente estatal.

Peck (2013) permite relacionar o pensamento gramsciano às análises contemporâneas sobre neoliberalismo, no qual a hegemonia se manifesta por meio de práticas institucionais e discursos econômicos naturalizados. A dominação passa a operar por consensos internalizados. Essa leitura reforça a atualidade da teoria gramsciana para compreender formas modernas de poder. Cultura e economia aparecem como dimensões interligadas da mesma estrutura social.



2.10.10. Herbert Marcuse: sociedade industrial, alienação e crítica ao capitalismo contemporâneo

O pensamento de Herbert Marcuse desenvolve uma crítica radical à sociedade industrial avançada ao investigar novas formas de controle social. Marcuse (1964) argumenta que o capitalismo contemporâneo produz necessidades artificiais que integram os indivíduos ao sistema. A alienação deixa de ser apenas econômica e assume dimensões psicológicas e culturais. A liberdade torna-se condicionada por estruturas de consumo.

Em Marcuse (1964), a racionalidade tecnológica desempenha papel central na manutenção da dominação social, ao organizar a vida segundo critérios de eficiência e produtividade. Essa racionalidade reduz o espaço da reflexão crítica e amplia a conformidade. O sistema industrial cria formas sutis de integração que neutralizam o conflito social. A oposição política tende a ser absorvida pelas próprias estruturas que pretende contestar.

A sociedade unidimensional, em Marcuse (1964), caracteriza-se pela redução da pluralidade de alternativas reais de existência. O pensamento crítico perde força diante da padronização cultural e econômica. A linguagem da oposição é incorporada pelo próprio sistema dominante. Essa dinâmica redefine o conceito de alienação em chave contemporânea.

A crítica marcuseana dialoga com Marx ao manter a centralidade da dominação econômica, mas amplia seu alcance para dimensões simbólicas e subjetivas. A transformação social exige ruptura com estruturas materiais e também com formas de consciência produzidas pelo sistema. Essa dupla dimensão torna sua análise particularmente complexa. A emancipação passa a envolver reconfiguração da sensibilidade.

Arthur (2004) permite situar Marcuse dentro de uma tradição de crítica da economia política que enfatiza a dimensão humana da emancipação. A alienação permanece como categoria central para compreender as formas contemporâneas de dominação. Essa continuidade evidencia a vitalidade do legado marxista em leituras posteriores. A crítica ao capitalismo industrial mantém relevância nas sociedades altamente tecnologizadas.

2.10.11. Isaiah Berlin: liberdade positiva e liberdade negativa

O pensamento de Isaiah Berlin introduz uma distinção conceitual fundamental entre liberdade negativa e liberdade positiva. Berlin (1958) define liberdade negativa como ausência de interferência externa, enquanto a liberdade positiva refere-se à capacidade de autodeterminação. Essa diferenciação estrutura debates contemporâneos sobre os limites do poder político. A tensão entre ambas permanece central na teoria política moderna.



Em Berlin (1958), a liberdade negativa encontra afinidade com tradições liberais que valorizam a limitação do Estado e a proteção da esfera individual. Essa concepção aproxima-se de perspectivas como as de Hayek, ao enfatizar a importância da não interferência. A autonomia individual depende da existência de espaços protegidos de decisão. O Estado deve atuar de maneira restrita.

A liberdade positiva, em Berlin (1958), pode ser associada a projetos políticos que buscam realizar condições materiais para o exercício efetivo da autonomia. Essa dimensão abre espaço para interpretações coletivistas ou igualitárias. A tentativa de impor uma visão substantiva de liberdade pode gerar riscos de coerção. O autor alerta para tensões internas entre emancipação e controle.

A distinção berliniana permite articular leituras contrastantes de Marx e Hayek, ao evidenciar diferentes fundamentos da ideia de liberdade. Enquanto Marx enfatiza condições materiais para emancipação, Hayek prioriza a ausência de coerção estatal. Essa divergência revela diferentes concepções de sujeito e sociedade. A liberdade torna-se conceito polissêmico.

Skidelsky (2006) sugere que o debate entre liberdade positiva e negativa permanece ativo em discussões contemporâneas sobre justiça e mercado. A teoria de Berlin oferece uma estrutura analítica para compreender conflitos ideológicos modernos. Essa contribuição mantém relevância na filosofia política atual. O conceito de liberdade permanece em disputa permanente.

2.10.12. John Rawls: justiça social e equilíbrio entre igualdade e liberdade

O pensamento de John Rawls propõe uma reconstrução da teoria da justiça ao buscar compatibilizar liberdade e igualdade em uma estrutura normativa coerente. Rawls (1971) formula o princípio da justiça como equidade a partir da ideia de posição original e véu da ignorância. Esse dispositivo hipotético permite pensar regras sociais sem referência a interesses particulares. A justiça passa a ser definida por critérios imparciais.

Em Rawls (1971), a liberdade básica ocupa posição prioritária, não podendo ser sacrificada em nome de ganhos econômicos agregados. Essa prioridade aproxima sua teoria de tradições liberais preocupadas com a proteção do indivíduo. Contudo, o autor também admite desigualdades desde que beneficiem os menos favorecidos. Essa condição introduz dimensão distributiva na teoria liberal.

O princípio da diferença, em Rawls (1971), estabelece que desigualdades só são justificáveis quando contribuem para melhorar a situação dos mais vulneráveis. Essa formulação aproxima sua teoria de preocupações distributivas presentes em críticas ao



capitalismo. A estrutura social deve ser avaliada por seus efeitos sobre os grupos menos privilegiados. A justiça envolve critérios materiais e não apenas formais.

A teoria rawlsiana cria um ponto de mediação entre tradições liberais e críticas sociais ao reconhecer a importância simultânea da liberdade e da equidade. Essa síntese não elimina tensões, mas organiza um espaço de diálogo teórico. A economia de mercado pode ser compatibilizada com princípios redistributivos. A estrutura institucional torna-se objeto central de avaliação moral.

Rawls (1971) permanece como referência contemporânea para debates sobre desigualdade, direitos sociais e organização institucional. Sua obra dialoga indiretamente com preocupações de Marx e Hayek, ainda que parta de fundamentos distintos. O problema da justiça social continua estruturando discussões políticas atuais. A tensão entre liberdade e igualdade permanece como eixo central da teoria social contemporânea.

3. CONCLUSÃO

A análise comparativa entre os Manuscritos Econômico-Filosóficos e O Caminho da Servidão evidencia que a noção de propriedade privada ocupa lugar estruturalmente distinto em cada autor, funcionando como eixo organizador de suas respectivas leituras sobre sociedade, economia e subjetividade. Em Marx, a propriedade privada aparece vinculada à constituição histórica da exploração, organizando a separação entre trabalhador e meios de produção e instaurando formas persistentes de desigualdade. Em Hayek, essa mesma instituição adquire sentido oposto, sendo compreendida como condição de coordenação descentralizada e garantia de liberdade individual no interior da ordem de mercado. A divergência não se reduz a interpretações distintas de um mesmo fenômeno, mas expressa projetos teóricos incompatíveis sobre os fundamentos da vida social moderna.

No interior da crítica marxiana, o trabalho assume centralidade como categoria ontológica e histórica, pois nele se concentra a mediação entre ser humano e mundo. A alienação, nesse contexto, não se limita a um efeito econômico, mas indica um processo de perda de controle sobre a própria atividade vital. A propriedade privada, ao estruturar a apropriação do produto do trabalho por agentes externos ao processo produtivo, reforça essa cisão e aprofunda a fragmentação da experiência humana. O resultado é uma forma de sociabilidade marcada pela exteriorização da vida, em que o indivíduo se reconhece menos como sujeito ativo e mais como peça funcional de um sistema produtivo.

Na perspectiva hayekiana, o mercado surge como mecanismo de coordenação que dispensa a centralização do conhecimento e da decisão. A liberdade individual é concebida



como ausência de coerção direta, permitindo que escolhas descentralizadas produzam ordens sociais complexas sem direção consciente unificada. A propriedade privada, nesse cenário, não representa um obstáculo à realização humana, mas condição para que múltiplas preferências coexistam sem imposição de um projeto coletivo único. O valor atribuído à espontaneidade das interações econômicas redefine o papel das instituições e desloca o foco da justiça distributiva para a eficiência do processo.

A oposição entre emancipação humana e liberdade de mercado revela duas formas distintas de compreender o próprio significado da autonomia. Em Marx, autonomia implica superação das estruturas que limitam o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, exigindo transformação das relações sociais de produção. Em Hayek, autonomia se realiza na proteção contra interferências externas, especialmente aquelas oriundas do Estado, preservando a pluralidade de projetos individuais. Essa diferença produz concepções divergentes de liberdade, uma orientada pela transformação das condições materiais de existência e outra pela contenção do poder político.

A leitura histórica dos dois autores permite perceber que suas formulações não surgem de abstrações isoladas, mas de contextos marcados por profundas transformações sociais. Marx escreve em um cenário de industrialização acelerada, expansão do trabalho assalariado e consolidação do capitalismo industrial, onde as desigualdades se tornam visíveis em escala crescente. Hayek, por sua vez, elabora sua crítica em meio às experiências do século vinte, marcadas por guerras mundiais, ascensão de regimes totalitários e expansão do planejamento estatal. Esses contextos distintos ajudam a compreender a intensidade das preocupações que estruturam suas teorias.

O conceito de Estado assume posições antagônicas nas duas tradições analisadas. Para Marx, o Estado está profundamente vinculado às relações de classe, funcionando como instância que tende a reproduzir a estrutura econômica vigente. Para Hayek, o Estado representa potencial ameaça quando ultrapassa limites institucionais e amplia sua capacidade de intervenção sobre a vida econômica e social. Em um caso, a crítica se dirige à função de manutenção da desigualdade; no outro, à possibilidade de supressão da liberdade individual por meio do planejamento centralizado.

A organização social aparece, em Marx, como resultado de relações materiais que determinam formas de consciência e instituições políticas. A transformação dessa ordem depende da alteração das bases produtivas que sustentam a desigualdade estrutural. Em Hayek, a organização social emerge de processos espontâneos de interação, nos quais a ordem não é



projetada, mas formada a partir de ajustes contínuos entre indivíduos. Essa diferença fundamental produz modelos teóricos incompatíveis sobre a origem da coesão social.

O capitalismo, enquanto objeto de análise, recebe interpretações opostas que revelam divergências profundas sobre progresso e racionalidade. Para Marx, o desenvolvimento capitalista contém contradições internas que ampliam desigualdades e intensificam a exploração do trabalho, mesmo quando produz avanços técnicos e produtivos. Para Hayek, o mesmo sistema é valorizado por sua capacidade de gerar inovação, adaptação e eficiência por meio de mecanismos descentralizados. A avaliação do sistema econômico depende, portanto, do critério adotado para julgar seus efeitos sociais.

A discussão sobre liberdade individual adquire densidade particular quando observada à luz dessas duas tradições. Em Marx, a liberdade não pode ser reduzida à escolha formal entre alternativas, pois depende das condições materiais que tornam essas escolhas efetivamente realizáveis. Em Hayek, a liberdade está associada à ausência de coerção e à proteção de esferas individuais contra interferências centralizadoras. Essa tensão revela que o conceito de liberdade não possui definição unívoca, mas se articula a diferentes visões sobre sociedade, Estado e economia.

A desigualdade social surge como ponto de fricção inevitável entre os dois sistemas teóricos. Em Marx, ela é resultado estrutural do modo de produção capitalista e não mero desvio corrigível por ajustes institucionais pontuais. Em Hayek, desigualdades podem emergir como consequência legítima de processos competitivos, desde que preservadas as regras gerais do jogo econômico. O problema não reside na desigualdade em si, mas na forma como ela se produz e se mantém dentro das estruturas institucionais.

A análise conjunta dessas perspectivas revela que os debates contemporâneos sobre justiça social, mercado e intervenção estatal continuam profundamente marcados por essas matrizes teóricas. Mesmo em contextos históricos distintos dos originais, as categorias elaboradas por Marx e Hayek permanecem operantes na interpretação de fenômenos atuais como concentração de renda, globalização e reconfiguração do trabalho. A permanência dessas categorias indica sua capacidade de estruturar diagnósticos ainda relevantes sobre a modernidade.

A tensão entre coletividade e individualidade aparece como núcleo persistente da reflexão política moderna, atravessando tanto a crítica marxista quanto a defesa liberal de Hayek. Em um caso, a coletividade é pensada como horizonte de emancipação, no outro, como potencial ameaça à autonomia individual. Essa divergência não se resolve por síntese simples, mas permanece como campo de disputa teórica que organiza diferentes projetos de sociedade.



A compreensão dessa tensão permite iluminar debates contemporâneos sobre governança, direitos sociais e organização econômica.

A comparação entre os Manuscritos Econômico-Filosóficos e O Caminho da Servidão revela que não se trata apenas de duas teorias econômicas, mas de duas formas distintas de imaginar a condição humana no interior da modernidade. Uma delas enfatiza a transformação das estruturas materiais como caminho para a emancipação, enquanto a outra privilegia a limitação do poder e a preservação da espontaneidade social. A permanência desse contraste indica que as questões formuladas por Marx e Hayek continuam abertas, exigindo interpretação constante diante das mudanças históricas que redefinem a relação entre liberdade, propriedade e organização social.

REFERÊNCIAS

ARTHUR, Christopher J. **Human emancipation and the critique of political economy.** *Critique*, v. 32, n. 2, p. 177–196, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/03017600500054858>.

BOETTKE, Peter J. **Hayek's Nobel and the modern liberal project.** *The Independent Review*, v. 20, n. 4, p. 531–541, 2016.

CALDWELL, Bruce. **Hayek and socialism.** *Journal of Economic Literature*, v. 35, n. 4, p. 1856–1890, republicação e circulação acadêmica ampliada após 2000. DOI: <https://doi.org/10.1257/jel.35.4.1856>.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. **Diferença entre alienação e estranhamento nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) de Karl Marx.** *Educação e Filosofia*, v. 8, n. 16. DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v8n16a1994-1023>.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

EBENSTEIN, Alan. **Hayek's journey: the mind of Friedrich Hayek.** New York: Palgrave Macmillan, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1057/9780230109681>.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** *Contrapontos*, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo. **Marx's Capital.** Pluto Press, 2010. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctt183p5zc>.

FLEW, Antony. **Hayek and classical liberalism.** *Economic Affairs*, v. 26, n. 1, p. 8–12, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0270.2006.00636.x>.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** *Logeion: Filosofia da informação*, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.



HARVEY, David. **The enigma of capital and the crises of capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199758715.001.0001>.

HAYEK, Friedrich A. **Law, legislation and liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla et al. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HAYEK, Friedrich A. **The constitution of liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

KELLER, Rene José. **Alienação/estranhamento e ser genérico nos Manuscritos Econômico-filosóficos de Karl Marx**. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 4, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32165>.

MARTINS, Douglas Rafael Dias. **Os Manuscritos de 1844 de Karl Marx e a retomada da economia política no pensamento pós-hegeliano**. *Verinotio*, v. 26, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36638/1981-061X.2020.v26.469>.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MORALES, W. G. B. **Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General**. *Saúde em Redes*, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

MUSTO, Marcello. **The “Young Marx” myth in interpretations of the Economic-Philosophic Manuscripts of 1844**. *Critique*, v. 43, n. 2, p. 233-260, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/03017605.2015.1051759>.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos**. *ARACÊ*, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews**. *BMJ*, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PECK, Jamie. **Explaining (with) neoliberalism**. *Territory, Politics, Governance*, v. 1, n. 2, p. 132-157, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/21622671.2013.785365>.

RANIERI, Jesus José. **Alienação e estranhamento em Marx**. *Trans/Form/Ação*, v. 24, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732001000100005>.



SANCA, Dimar Monteiro. **De preto ao homem.** *Revista África e Africanidades*, ano XII, n. 32, nov. 2019. ISSN 1983-2354. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br>. Acesso em: 08 jun. 2026.

SANCA, Dimar Monteiro. **Tempo de esperança no Sul global: retrato de uma liderança falha.** *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 27, 29 de outubro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/27/tempo-de-esperanca-no-sul-global-retrato-de-uma-lideranca-falha>. Acesso em: 08 jun. 2026.

SERRANO, Bruno Klein. **O dinheiro do espírito: idealismo e crítica da economia política no jovem Marx.** *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 23, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v23i1p79-94>.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SKIDELSKY, Robert. **Hayek versus Keynes: the road to reconciliation.** *Economic Affairs*, v. 26, n. 4, p. 1–7, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0270.2006.00679.x>.

VENUGOPAL, Rajesh. **Neoliberalism as concept.** *Economy and Society*, v. 44, n. 2, p. 165–187, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/03085147.2015.1013356>.





ENTRE OS MANUSCRITOS E O CAMINHO DA SERVIDÃO.

Dimar Monteiro Sanca e Simone Helen Drumond Ischkanian, (2026).

*Há um intervalo de pensamento onde o mundo se dobra sobre si mesmo
e duas vozes antigas discutem o destino das coisas humanas
Marx observa o trabalho que se desprende do trabalhador como se fosse uma sombra que
já não lhe pertence
Hayek escuta o murmúrio das trocas dispersas como uma linguagem que nenhum centro
consegue dominar
e entre ambos a propriedade privada deixa de ser simples posse para tornar-se pergunta
incômoda sobre o que significa pertencer*

*No início do século das fábricas e da fuligem que cobre a pele da cidade
o humano parece dissolver-se na engrenagem que ele mesmo criou
o operário reconhece no produto o espelho invertido de sua vida
enquanto a riqueza acumulada cresce como arquitetura de silêncio
Marx escreve a dor dessa separação como quem tenta reconstruir um vínculo perdido entre
sujeito e mundo*

*Do outro lado da narrativa histórica que avança para guerras e reconstruções
Hayek observa sociedades que tentam organizar o caos com mãos demasiado firmes
e encontra no excesso de planejamento um risco de compressão da pluralidade humana
a liberdade, nesse registro, não é promessa abstrata, mas dispersão de decisões que
nenhum poder único alcança abarcar
o mercado aparece como tecido vivo de informações fragmentadas que se corrigem em
fluxo contínuo*

*Entre esses polos não há simples oposição geométrica
há uma tensão que respira dentro da modernidade como nervo exposto
o trabalho pode ser ao mesmo tempo criação e exaustão
a liberdade pode ser expansão ou abandono
e a propriedade privada se torna fronteira onde se decide quem participa da narrativa
econômica e quem permanece à margem*



*O século não oferece reconciliação fácil
apenas camadas de interpretações que se sobrepõem como sedimentos históricos
a emancipação surge como horizonte que nunca se fixa completamente
e a ordem espontânea se apresenta como promessa de coordenação sem rosto
cada teoria ilumina um lado do mesmo objeto que insiste em não se deixar capturar por inteiro*

*Há também o humano que escapa às categorias rígidas
aquele que trabalha e deseja, que sofre e calcula, que cria e se perde
entre alienação e autonomia existe um espaço intermediário de incerteza
onde a vida não cabe totalmente nem na crítica radical nem na defesa do mercado
esse espaço é precisamente o terreno onde a história continua em disputa*

*As cidades contemporâneas ampliam essa fricção
arranha-céus de eficiência convivem com periferias de exclusão
dados circulam mais rápido do que decisões políticas conseguem acompanhar
e a liberdade assume formas múltiplas, nem sempre reconhecíveis como liberdade pelos antigos vocabulários*

*Marx permanece como lembrança de que riqueza pode esconder desigualdade estrutural
Hayek insiste que planejamento excessivo pode sufocar a vitalidade das escolhas individuais
entre ambos se abre uma cartografia do possível e do impossível na organização social
nenhuma das linhas desaparece quando a outra se fortalece*

*O tempo histórico não encerra o diálogo
apenas o desloca para novas arenas onde tecnologia, trabalho e poder se entrelaçam
a propriedade privada continua sendo campo de disputa simbólica e material
e a liberdade individual permanece conceito atravessado por contradições que não cessam de se reinventar*

*No fim, ou no meio contínuo das transformações, o pensamento permanece em suspensão
como se Marx e Hayek olhassem o mesmo mundo por janelas diferentes de uma mesma construção histórica
e cada um percebesse um tipo distinto de limite e possibilidade
o que une suas leituras não é consenso, mas a permanência do problema*

*A modernidade, nesse sentido, não escolheu entre emancipação e ordem espontânea
ela carrega ambas como forças que se tensionam sem resolução definitiva
o social se forma nesse atrito constante
onde liberdade, propriedade e trabalho continuam sendo perguntas abertas*

*E o poema se encerra sem encerrar o debate
porque entre crítica e mercado não há linha de chegada
apenas caminhos que se cruzam, se afastam e se retomam
como se a história insistisse em permanecer inacabada diante de seus próprios conceitos*

DIMAR MONTEIRO SANCA

ENTRE OS MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS E O CAMINHO DA SERVIDÃO:

UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE PROPRIEDADE PRIVADA,
LIBERDADE INDIVIDUAL E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL
EM **KARL MARX** E **FRIEDRICH HAYEK**.

Manuscritos
Econômico-
Filosóficos
1844

Manuscritos
Econômico-
Filosóficos
1844

Manuscritos
Econômico-
Filosóficos
1844

Manuscritos
Econômico-
Filosóficos
1844

Manuscritos
Econômico-
Filosóficos
1844

Manuscritos
Econômico-
Filosóficos
1844

Manuscritos
Econômico-
Filosóficos
1844

Manuscritos
Econômico-
Filosóficos
1844

Preto é cor
Que sutilha a dor
De uma ave
Que procura a chave

Preto é caravela
Gente da favela
Vocaliza a penúria
Para desmoralizar a miséria

Preto é luto
Que desconhece o futuro
É o mesmo discurso
Não foi seu pulso

Preto é luta
Retratada pela história
Sobre alheia conduta
E uma vida compulsória

Preto é razão
Dessa gente que foi
negada a educação
Entre fútil e útil
No nosso Brasil

Preto é natureza
Exu, biodiversidade e ciência
Sabe que o amanhã
da Amazônia é uma incerteza
Isso se chama consciência

Preto é homem
Conhece os extremos
da sociedade
Esperando que os
encarceramentos e mortes cessem
Para viver em liberdade

Olhares e cores
Vidas e dores
Suavizadas pelo texto
Para banalizar o contexto

Entre valor e preço
Ancestralidade
é seu apreço

THE
ROAD
— TO —
SERFDOM

F. A. HAYEK

PROPRIEDADE
PRIVADA

LIBERDADE
INDIVIDUAL
→

MANUSCRITOS
ECONÔMICO-
FILOSÓFICOS
1844

THE
ROAD
— TO —
SERFDOM
F. A. HAYEK

DO ESTRANHAMENTO AO CONTROLE:
ENTENDER O PRESENTE PARA LIBERTAR O FUTURO.

E-book
CLUBE DE AUTORES

